



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

PRISCILA PIQUERA AZEVEDO

**A SUBJETIVAÇÃO DA VOZ FEMININA EM CRÔNICAS
JORNALÍSTICAS**

Londrina
2010

PRISCILA PIQUERA AZEVEDO

**A SUBJETIVAÇÃO DA VOZ FEMININA EM CRÔNICAS
JORNALÍSTICAS**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Fernandes

Londrina
2010

PRISCILA PIQUERA AZEVEDO

A SUBJETIVAÇÃO DA VOZ FEMININA EM CRÔNICAS JORNALÍSTICAS

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Fernandes

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Carlos Fernandes
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dr^a. Esther Gomes de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dr^a. Maria Célia Cortez Passetti
Universidade Estadual de Maringá

Londrina, 30 de agosto de 2010.

*Dedico este trabalho ao André
e aos meus pais, Amarly e
Jorge. A eles, que sempre me
acompanham nos caminhos
que escolho para a vida, todo o
meu amor.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Carlos Fernandes, pela disponibilidade e presteza ao compartilhar seus conhecimentos, por me proporcionar a oportunidade de dedicação à pesquisa e pelas orientações sempre pacientes, críticas e prestativas.

À professora Dr^a. Esther Gomes de Oliveira, pela ajuda indispensável na realização do Estágio de Docência e pelos apontamentos precisos na leitura deste trabalho.

À professora Dr^a Maria Célia Cortez Passetti, pelas contribuições pontuais e valiosas no Exame de Qualificação.

A todos os participantes do projeto de pesquisa “PISCO” (Inscrição de Subjetividades nas Tipologias Discursivas do Cotidiano), pelas discussões inquietantes, pelo aprendizado adquirido e pelas amizades conquistadas. Em especial, às pesquisadoras Rosângela R. Rodrigues, Bruna S. Botelho, Sirley A. Sousa e Fabiana F. Steigenberger por compartilhar alegrias e dificuldades e tornar esta caminhada menos solitária.

À querida amiga Raquel Pires, pela sintonia de ideias e ideais e pela cumplicidade dispensada em todos estes anos de amizade.

Aos meus pais, irmãos e avós, pela confiança e presença constante, apoiando-me na conquista de mais esta etapa de minha vida.

Ao meu namorado André, pelo companheirismo, atenção e dedicação, indispensáveis neste momento.

E, finalmente, ao CNPq, pelo financiamento deste trabalho.

“Para alguns, o já-dito é fechamento de mundo. Porque estabelece, delimita, mobiliza. No entanto, também se pode pensar que aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E a história traz em si a ambigüidade do que muda e do que permanece.

Não me proponho a resolver esse impasse, que se expressa através da tensão entre o retorno e o avanço, entre o que restringe e o que alarga, entre o que já é e o que pode ser, entre o mesmo e o diferente. Ao contrário, mantenho a tensão como motivo da minha reflexão. Embora, na ilusão da onipotência, não deixe de tentar a especificidade, o único, o definido.”

Eni Puccinelli Orlandi

AZEVEDO, Priscila Piquera. **A subjetivação da voz feminina em crônicas jornalísticas**. 2010. 135f. Dissertação. (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

O gênero feminino tem passado por um processo de (re)definição social constante devido às recorrentes transformações nos papéis, lugares, formas de representação e construções sociais do que é ser “mulher” na contemporaneidade. Advêm, daí, contínuas (trans)formações e reatualizações do discurso feminino e, conseqüentemente, das identidades de gênero. Ademais, o relacionamento afetivo entre homem e mulher também é considerado um produto social, a partir do qual ambos são afetados em sua maneira de ser. Baseando-se nisso, o presente trabalho tem o objetivo de revelar, por meio da análise de crônicas jornalísticas femininas veiculadas na grande imprensa, os valores ideológicos propagados a respeito da prática social do relacionamento afetivo entre casais. Para tanto, apoiamo-nos nas teorias linguísticas da Análise do Discurso de linha francesa e da Enunciação, para analisarmos as relações interdiscursivas e os procedimentos enunciativos recorrentes nos representantes da voz feminina: Danuza Leão, Lya Luft e Martha Medeiros. Partimos da hipótese de que o discurso feminino, conforme se apresenta em textos dos enunciadores que compõem esse corpus, é um lugar privilegiado para particularizar a experiência social feminina, bem como para a denúncia de valores ideológicos associados ao patriarcalismo e a determinados valores ideológicos vigentes nos relacionamentos afetivos contemporâneos. Por meio das análises, pretendemos mostrar os valores que são prioritariamente exaltados, preteridos ou renegados, além de revelar vinculações, da parte dos enunciadores, a determinadas formações discursivas e ideológicas que corroboram para (re)construções das identidades femininas.

Palavras-chave: Formações discursivas e ideológicas; Identidade feminina; Crônica jornalística.

AZEVEDO, Priscila Piquera. **The subjectivation of the female voice in journalistic chronicles**. 2010. 135f. Dissertation (Master in Languages Studies). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

ABSTRACT

The female gender is passing by a constant process of social (re)definition due to the recurrent transformations in the social roles and places, ways of representation and social construction about what is be “woman” in the contemporaneity. Thus, occur continuous transformations and reconfigurations from the female discourse and, consequently, from the genders identities. Moreover, the affective relationship between man and woman also is considered a social product, from which both are affected in their way to be. Based in this, the present work aims to reveal, through the analyses of the journalistic chronicles written by female voice and broadcasted in the main communication vehicles, the ideological values propagated about the social practice of the affective relationship between couples. For this, we use the linguistics theories from the French Discourse Analysis and from the Enunciation, to analyze the interdiscursive relations and the enunciative procedures that are recurrent in the representatives of the female voice: Danuza Leão, Lya Luft e Martha Medeiros. We start from the assumption that the female discourse, as presented in the texts of the enunciators cited, is a privileged place to particularize the social female experience, as well as to denounce ideological values associated to patriarchy and certain ideological values prevailing in the contemporaries’ affectives relationships. Through the analyses, we intend to show the values that are exalted, despised or renegade, beside to reveal the enunciators’ associations to certain discursive and ideological formations that corroborate the (re)configuration of the females identities.

Keywords: Discursive and ideological formation; Female Identity; Journalistic Chronicle.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| | |
| 2 NO MOVIMENTO DO SENTIDO..... | 18 |
| 2.1 DA LINGUÍSTICA ESTRUTURAL DE SAUSSURE À ANÁLISE DO DISCURSO DE PÊCHEUX..... | 18 |
| 2.2 AS FORMULAÇÕES TEÓRICAS DA AD..... | 24 |
| | |
| 3 A VOZ FEMININA NO DISCURSO CRONÍSTICO | 33 |
| 3.1 A CRÔNICA: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DO GÊNERO..... | 33 |
| 3.2 A DIMENSÃO SOCIAL DO GÊNERO DISCURSIVO CRONÍSTICO..... | 44 |
| 3.3 O DISCURSO FEMININO EM (RE)CONSTRUÇÃO..... | 50 |
| 3.4 A MÍDIA E A DISSEMINAÇÃO DE VALORES NO COTIDIANO..... | 57 |
| 3.4.1 A MULHER NA LITERATURA E NA MÍDIA BRASILEIRA..... | 60 |
| 3.4.1.1 DANUZA LEÃO..... | 64 |
| 3.4.1.2 LYA LUFT..... | 65 |
| 3.4.1.3 MARTHA MEDEIROS..... | 66 |
| | |
| 4 RELACIONAMENTO AFETIVO ENTRE HOMEM E MULHER: REPRODUZINDO UMA INQUIETAÇÃO | 68 |
| 4.1 A TEMÁTICA DO RELACIONAMENTO AFETIVO NA CRÔNICA JORNALÍSTICA..... | 71 |
| 4.1.1 A PRÁTICA CONSELHEIRA DE LEÃO..... | 76 |
| 4.1.2 REFLETINDO COM LUFT | 89 |
| 4.1.3 MEDEIROS: A BUSCA PELA LIBERTAÇÃO..... | 101 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 110 |

| | |
|--------------------------|-----|
| REFERÊNCIAS | 118 |
|--------------------------|-----|

| | |
|---------------------|-----|
| ANEXOS | 122 |
|---------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| ANEXO A – CRÔNICAS DE DANUZA LEÃO..... | 123 |
|--|-----|

| | |
|-------------------------------------|-----|
| ANEXO B – CRÔNICAS DE LYA LUFT..... | 128 |
|-------------------------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| ANEXO C – CRÔNICAS DE MARTHA MEDEIROS..... | 133 |
|--|-----|

1 INTRODUÇÃO

Dentre as pesquisas no campo das Ciências Humanas, em geral, é comum o estudo da questão dos gêneros, do ponto de vista da identidade sexual. Isso ocorre devido às recorrentes transformações nos papéis, lugares, formas de representação e construções sociais do que é ser “mulher” na contemporaneidade. Então, frente a sucessivas e variadas mudanças observadas contemporaneamente, o gênero feminino tem passado por um processo de (re)definição social constante. E, considerando-se que o construto social é resultante dos valores dominantes de determinada sociedade, em espaços e tempos específicos, a mulher tem seu modo de ser, agir e pensar, geralmente, internalizado e reproduzido segundo modelos de conduta normatizados sócio-culturalmente. Assim, em virtude do contexto sócio-histórico e cultural, invariavelmente, sofrer mudanças, as identidades de gênero¹ são igualmente afetadas por contínuas transformações e reatualizações.

É, então, necessário que façamos uma retomada do arquivo sócio-histórico relativo aos desdobramentos das práticas discursivas femininas ao longo do tempo. Além disso, é preciso, também, reconstituirmos as relações entre a mulher e o seu gênero oposto, o homem e, ainda, considerarmos o relacionamento entre os sexos como um produto sócio-histórico a partir do qual ambos acabam afetados em sua maneira de ser.

O percurso histórico da civilização foi marcado, em sua maior parte, por uma sociedade patriarcal², em que o mundo e as decisões eram, por excelência, do

¹ Apesar de, nesse momento, especificarmos a identidade como sendo de “gênero”, vale ressaltar que não pensamos em nenhuma outra identidade como sendo fixa e imutável.

² Entenda-se por sociedade patriarcal aquela em que os modos de organização são baseados no poder de um “pai” e, conseqüentemente a isso, predominam, exclusivamente, valores associados à supremacia masculina em oposição à submissão feminina.

homem: cabia a ele a tarefa de sustentar a família e ditar as regras dentro de casa, e a ela, a de manter-se em uma posição hierarquicamente subordinada a ele. Intitulada como “rainha do lar”, mais recentemente, à mulher reservava-se a obrigação de se dedicar à casa, ao marido e aos filhos. Numa situação como essa, a ela apenas restava suportar a dominação masculina e, mais que isso, ter sua individualidade definida pela relação mantida com um homem – que, primeiramente, era o pai e, em seguida, o marido.

A alfabetização, o direito ao voto, a inserção no mercado de trabalho e o acesso às universidades são alguns dos acontecimentos discursivos que corroboraram a conscientização, por parte das mulheres, mediante a situação em que viviam. Outro fator importante foi o surgimento e articulações de movimentos feministas, os quais reivindicavam às mulheres direitos civis, políticos e sociais. Esse é o contexto em que se inicia uma luta para que esse gênero seja aceito enquanto sujeito portador de uma identidade própria.

As identidades, por sua vez, resultam de um movimento da história e de um processo de constante mudança e transformação. Assim sendo, a constituição identitária está relacionada à alteridade, uma vez que as identidades são construídas pelo discurso do outro, por meio de um processo inconsciente e dinâmico cuja meta incessante é a subjetivação. Daí a consolidação da ideia de que a identidade está no imaginário dos sujeitos de discurso e se constrói no e pelo uso da palavra.

Diante disso, pode-se considerar que há intrínseca relação entre a constituição das identidades e as tipologias discursivas midiáticas, em virtude de estas últimas serem, em sua maior parte, responsáveis pela construção, difusão e manutenção das ordens discursivas e suas relações ideológicas no século em que

vivemos. Então, a mídia jornalística acaba por atuar como mediadora no processo de (re)construções identitárias, materializando discursos atrelados a formações ideológicas predominantes em contextos específicos, ou seja, aqueles alcançados por seus veículos de comunicação. Dessa forma, agentes midiáticos atuam segundo as cenografias enunciativas específicas de seu contexto de produção, (re)produzindo discursos que corroboram processos de fixação dos valores ideológicos consolidados na memória coletiva; isso tudo em consonância com os objetivos, interesses e formação ideológica da empresa de comunicação, bem como a interação de seu público leitor.

Como parte das tipologias discursivas midiáticas, a crônica jornalística, com a atividade discursiva de refletir e comentar o cotidiano, impõe visões de mundo aparentemente múltiplas. Seja por meio da problematização de acontecimentos, ou pela construção de hipóteses, ou pelo desenvolvimento de teses e imposição de conclusões, na maioria das vezes, julga e avalia a partir de tomadas de posição e assunção de pontos de vista em detrimento de outros. Assim é que esta pesquisa pretende estudar os posicionamentos e as interpelações discursivo-enunciativas de sujeitos (re)produtores de valores ideológicos prevalentes em meios de influência como esses.

Para isso, foram selecionadas crônicas de três enunciadores – Danuza Leão, Martha Medeiros e Lya Luft –, representantes de parte da voz feminina na grande imprensa, enfocando-se o tratamento que reservam ao tema dos relacionamentos afetivos entre casais. Assim é que a proposta é analisar o perfil enunciativo de Danuza Leão, Lya Luft e Martha Medeiros, bem como as marcas subjetivas na materialidade linguística da crônica jornalística, com o objetivo geral de compreender os valores ideológicos prevalentes sobre os relacionamentos afetivos

(homem/mulher) veiculados pela voz feminina na grande imprensa que, não raro, influenciam nos modos de ser, pensar e agir de seu numeroso público-leitor. Além disso, pretendemos refletir acerca da forma pela qual os enunciadores retratam e representam a mulher na sociedade contemporânea, por meio das relações de alteridade que se instauram, nas práticas discursivas, em busca de uma identidade feminina na atualidade.

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa, ou seja, esta dissertação tem um cunho analítico de perspectiva interpretativista. A função principal é, com base nas teorias linguísticas como as da Análise do Discurso de linha francesa e teoria da Enunciação, analisar procedimentos enunciativos recorrentes em representantes da voz feminina que compõem este corpus de crônicas. Ancoramo-nos no raciocínio dedutivo e partimos da hipótese de que o discurso feminino, conforme se apresenta em textos dos enunciadores Leão, Luft e Medeiros, é um lugar privilegiado para particularizar a experiência social feminina, bem como para a denúncia de valores ideológicos não só associados ao patriarcalismo como também àqueles vigentes nos relacionamentos afetivos contemporâneos.

As crônicas que compõem o corpus de análise neste trabalho foram publicadas nos jornais *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*, e na revista *Veja*, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2006. Esses textos de Leão e Medeiros, após a publicação nos periódicos, foram também publicados em forma de antologia. A fim de otimizar o processo de seleção dos textos cronísticos desses dois enunciadores, a coleta foi realizada nos livros *As aparências enganam* (LEÃO, 2004) e *Non Stop - Crônicas do Cotidiano* (MEDEIROS, 2005) e *Coisas da Vida* (MEDEIROS, 2001). Já as crônicas do enunciador Luft foram retiradas diretamente da revista de circulação nacional *Veja*.

O critério para seleção das crônicas foi, primeiramente, a presença da temática do relacionamento afetivo entre casais. Em seguida, foram feitas observações dos procedimentos enunciativos recorrentes no trabalho de cada enunciador, sendo esse, portanto, o segundo critério para a composição do corpus. Assim, foram escolhidas duas crônicas de cada enunciador com o intuito de desenvolver o presente estudo sobre o fazer enunciativo feminino na grande imprensa. Consideramos este corpus discursivo suficientemente representativo da maneira como se constitui a voz feminina na mídia impressa da atualidade, pois se encontra em veículos de comunicação de ampla circulação, na maioria das regiões do país, e também pelo fato de seus enunciadores gozarem de amplo reconhecimento pelo público leitor, devido à força representativa de suas obras na literatura feminina brasileira contemporânea.

Os capítulos que seguem encontram-se organizados da seguinte forma:

- No capítulo 2, “No movimento do sentido”, é feita uma exposição do percurso teórico dos estudos linguísticos, desde o surgimento das propostas do importante linguista Ferdinand de Saussure até as contribuições do filósofo Michel Pêcheux e aos pressupostos teóricos da Análise do Discurso francesa. Dessa forma, foi construído o capítulo sobre o referencial teórico;

- No capítulo 3, “A voz feminina no discurso crônístico”, há uma breve descrição do gênero discursivo do corpus de análise: a crônica. A fim de conceituá-la, de forma ampla, resgatamos os primeiros escritos que se caracterizaram como crônicas e demonstramos algumas variações sofridas pelo gênero textual até chegar à forma como é concebido atualmente. Além da parte descritiva, abordamos também a dimensão social dos gêneros discursivos sob a perspectiva bakhtiniana, de fundamental importância para compreendermos as coerções que vigoram na

interação discursiva. Ainda neste capítulo, são feitas algumas considerações a respeito das práticas femininas ao longo da história, e, assim, há uma breve exposição da trajetória da mulher enquanto sujeito histórico e, então, são descritos aspectos da trajetória dos três enunciadores enquanto cronistas, objeto de análise nesta pesquisa;

- No capítulo 4, “Relacionamento afetivo entre homem e mulher: refletindo uma (in)quietação”, primeiramente, apresentamos uma introdução geral a respeito dos relacionamentos afetivos enquanto comportamentos sociais na contemporaneidade. A partir disso, procuramos demonstrar, com base nas análises dos enunciados cronísticos, o modo como a mídia jornalística, sob a perspectiva dos três sujeitos enunciadores cujos textos são trabalhados em nosso corpus de análise, refere-se aos relacionamentos afetivos. Por meio das análises, serão mostrados os valores que são prioritariamente exaltados, preteridos ou renegados, além de revelar vinculações, da parte dos enunciadores, a determinadas formações ideológicas que corroboram para (trans)formações das identidades femininas;

- Nas considerações finais, estabelecemos uma comparação entre as três vozes femininas analisadas e ressaltamos as diferenças de visões de mundo que, apesar de semelhantes em alguns aspectos, são contraditórias em outros.

2 NO MOVIMENTO DO SENTIDO

2.1 Da Linguística Estrutural de Saussure à Análise do Discurso de Pêcheux

A Linguística, cuja definição generalizada baseia-se na assertiva “a ciência que estuda a linguagem”, é campo de pesquisa de estudiosos de muitas áreas de conhecimento, sob as mais diferentes perspectivas. Concebendo a língua como sistema de signos ou como sistema de regras formais, Saussure, um dos precursores dos estudos linguísticos, reconhecia, em sua obra *Curso de Lingüística Geral* (1999), um caráter dual da linguagem: a fala (enquanto instância subjetiva) e a língua (enquanto instância objetiva). No entanto, o linguista priorizou somente a língua, pois, partindo de sua concepção positivista estruturalista, a fala não poderia constituir-se em um objeto de ciência devido ao fato de ser um ato individual cujo estudo sistemático é bem mais complexo.

A partir dessa prioridade para a vertente estrutural, Saussure definia as estruturas da língua sempre numa relação binária dentro do sistema, organizando-a, segundo critério diferencial dicotômico: assim, define um fonema/palavra como aquilo que o fonema/palavra tomado como par não é. Por exemplo, no nível fonológico, tem-se o fonema [p] que se distingue de [b] na sonoridade, pois enquanto o primeiro é surdo, o segundo é sonoro; já no nível semântico, “homem” se distingue de “animal” como ser racional, que o outro não é. Desenvolveu-se, então, uma “Linguística da Língua”, declarando-se ser a língua o verdadeiro objeto da Linguística e, dessa forma, restringiram-se as significações às relações de diferenças internas do sistema, deixando-as intimamente ligadas à noção de

estruturalismo linguístico e de estrutura. O sentido, então, ficava restrito ao nível da frase e à visão sincrônica da língua.

É necessário salientar ainda que o Estruturalismo, cujo ápice se deu na década de 1950 e início da década de 1960, apresentava-se como um método rigoroso, como grande esperança para os progressos no rumo das pesquisas científicas. Daí sua busca por uma regularidade para as humanidades baseada na organicidade do sistema linguístico, nas repetições constantes e na concepção de língua como sistema fechado, autônomo e sem envolvimento com a história. Esse momento é de grande importância para a Linguística saussureana que, inclusive, é considerada a “ciência piloto” e campo de referência para as demais pesquisas no campo das ciências sociais em geral: “A Linguística, assim, acaba por se impor, com relação às ciências humanas, como uma área que confere cientificidade aos estudos” (MUSSALIM, 2001, p.103).

Apesar da importância adquirida pelo Estruturalismo, a partir dos anos 1960, como modelo do pensamento científico, essa corrente começa a ser criticada e questionada nas décadas seguintes. Não satisfeito com as limitações e os impasses dos estudos estruturalistas de vertente saussureana, o francês Michel Pêcheux, juntamente com renomados intelectuais franceses e apoiado em uma sólida formação filológica e filosófica, é um dos que passam a exigir uma ruptura epistemológica e esforçam-se para instaurar, a partir de então, uma concepção particular dos estudos linguísticos, baseando-se no discurso como objeto de investigação e análise no campo das ciências humanas.

Diferentemente do objeto de estudo instaurado pela Linguística tradicional de Saussure, a nova ciência tratava dos processos de constituição do fenômeno linguístico, ou seja, deixava de estudar a linguagem meramente como um produto.

Recebendo o nome de Análise do Discurso (neste trabalho, doravante AD), como seu próprio nome indica, irá preocupar-se com o discurso como uma prática linguageira em movimento, em constante gestação, buscando compreender o modo social de produção da linguagem. Passa a ser esse, portanto, o recorte inicial básico para a AD, no qual se incorporam os conceitos de social, histórico e ideológico, considerados pontos de vista que se constituiriam mutuamente. Dessa forma, Pêcheux lança a proposta de uma semântica discursiva, e não mais somente linguística, em que as condições sócio-históricas de produção de um discurso são determinadas e determinantes de suas significações.

Influenciando as ideias de Pêcheux, Louis Althusser, um filósofo que faz uma releitura de Marx, apresenta, em *Aparelhos ideológicos do Estado* (1991), a possibilidade de investigar as reproduções das relações sociais de produção por meio da linguagem, partindo do pressuposto de que as ideologias têm existência em um conjunto de práticas materiais: o materialismo histórico. Ele apreende o modo de funcionamento da ideologia como produto das relações sociais de produção que advêm da infraestrutura (base econômica). A ideologia, para ele, está na superestrutura (instâncias político-jurídicas e ideológicas), cuja finalidade seria a de manter a relação de exploração e de dominação na sociedade, por meio do que ele chama de *aparelhos ideológicos*. Tais aparelhos estabelecem-se de duas maneiras: por meio do Estado, que funciona pela “violência” (aparelho repressivo do Estado – ARE) e por meio das instituições - escola, religião e família - que funcionam pela “ideologia” (aparelhos ideológicos do Estado – AIE). A ideologia dominante, então, é apreendida pela maneira como esses aparelhos se estruturam em sua materialidade linguística, o discurso, corroborando um assujeitamento ideológico inconsciente por parte do indivíduo. Esse é o ponto primordial para o desenvolvimento do que foi

designado como primeira fase da AD, dentre as outras duas a serem detalhadas a seguir.

As reconstruções operadas na constituição do campo teórico da AD francesa são explicitadas no que Pêcheux (1997a) chamou de “três épocas da análise do discurso”. Ao longo de três épocas, reflexões a respeito de como se dá a articulação entre o discurso, a língua, o sujeito e a história foram sendo modificadas e os conceitos reorganizados a fim de se construir uma teoria materialista do discurso aliada a um projeto político de intervenção na luta de classes (GREGOLIN, 2004). Para tanto, em todas as épocas, há um diálogo constante com outras fontes: as ideias de Saussure e da Linguística (por meio de uma relação tensa com a concepção de língua); de Marx, com sua teoria do materialismo histórico (pela ênfase nas relações sociais e ideológicas) e de Freud, com uma teoria do sujeito (graças à descoberta do inconsciente).

A primeira fase da AD é marcada por uma busca metodológica de formalização objetiva do discurso, que é concretizada na tentativa de se construir o método chamado de análise automática do discurso (doravante AAD). Nessa fase, sem se considerar a enunciação e de posse de um *corpus* estável que permitisse a interpretação de seus enunciados, é como se existisse uma máquina controladora das relações ideológicas – de alianças, antagonismos ou dominação – entre as classes sociais, com base nas propostas de Althusser sobre o assujeitamento ideológico. No entanto, o próprio Pêcheux (1997a) reconhece que sua metodologia, derivada do método estrutural, levava a análise à busca de invariâncias e enunciados repetidos. Assim, mais uma vez a análise era limitada, tornando-se impossível correlacionar os elementos intradiscursivos (da ordem da língua) com os

elementos interdiscursivos (considerando-se o exterior da língua como constitutivo do sentido).

O desenvolvimento da segunda fase da AD apóia-se nas noções de formação discursiva de Foucault (1997) – que determinaria o que pode e deve ser dito a partir de um lugar social – e também na noção de interdiscurso, tomada “como a irrupção de um além, exterior e anterior a uma formação discursiva, que irrompe nela para constitui-la” (GREGOLIN, 2001, p.13). Nessa etapa, portanto, o discurso passa a ser visto como atravessado pelo pré-construído, isto é, por um já-dito, ocorrido em outro acontecimento enunciativo. A partir dessa noção, inicia-se o movimento em direção à heterogeneidade, para se evidenciar a existência de um discurso outro no próprio discurso. O objeto de análise, contudo, continua sendo entendido como uma “maquinaria fechada”, tendo em vista que a presença do outro é sempre concebida a partir do interior da formação discursiva em questão.

Somente na terceira fase da AD ocorre a desconstrução efetiva da “maquinaria discursiva”. Isso acontece por meio da adoção da perspectiva de que os discursos que atravessam uma formação discursiva não se constituem de modo independente para, posteriormente, serem colocados em relação, mas segundo uma regularidade presente na maneira como se formam no interior de um interdiscurso. Quer dizer, então, que há uma primazia do interdiscurso (o enunciável) em relação ao discurso (o enunciado).

Percebe-se, diante desse breve histórico das formulações da AD, que desde o seu início (nos anos 1960), ela tem desestabilizado certezas sobre a língua, o sujeito, o discurso e o sentido. Criaram-se, a partir disso, bases para não se trabalhar a língua como um sistema fechado nele mesmo, mas sim para se pensar o discurso, considerando-o como um objeto sócio-histórico e, mais ainda, como

ideológico. Isso porque a ideologia se materializa no discurso e o discurso se materializa na língua, e esta última somente faz sentido na medida em que é produzida por um indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia.

De acordo com esse raciocínio, podemos dizer, em síntese, que a AD constitui uma conjuntura do estruturalismo concebido a partir das ideias de Saussure, com o fim de compreender a relação da estrutura com a história. Assim, a AD atua, como destaca Orlandi:

(...) levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista do discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade. (2005, p.16)

A linguagem, a partir daí, é vista como uma interação na medida em que se coloca na relação necessária entre homem e realidade social. Está apoiada em uma via de mão dupla: o homem significa por meio da linguagem e é significado por ela. A língua, assim, faz sentido enquanto um trabalho simbólico constitutivo do homem e da sua história. Dessa forma é que linguagem, sociedade e ideologia se constituem concomitantemente, sem que nenhuma seja produto da outra.

2.2 As formulações teóricas da AD

A base das formulações teóricas da AD é constituída por conceitos como os de condição de produção e formação ideológica. Desse modo, o discurso é concebido como prática relacionada a formações discursivas – que correspondem, discursivamente, a determinadas formações ideológicas – e condições de produção segundo as restrições de um contexto sócio-histórico. Portanto, ao analisar o modo

como enunciadores desse corpus constroem seus discursos e como funcionam na interação discursiva, é necessário considerarmos, juntamente com a superfície linguística, também as exterioridades e investigarmos as condições de sua produção, já que o discurso é determinado pelo histórico-social que o constitui.

A partir dessa concepção de discurso, notamos que a AD concebe-o de modo estanque àquele modular esquema da comunicação de Jakobson (1995), segundo o qual a mensagem é somente um meio de transmissão de informação. Pêcheux (1997b) vai além dessa proposição ao assegurar que o discurso (ou a mensagem, para Jakobson) é efeito de sentido entre locutores, o que significa que a AD rompe com a relação instrumental de estímulo e resposta, em que um locutor toma a palavra e, ao se dirigir a um receptor, este a decodifica e responde à interpelação. Nesse processo, ambos compartilham de um código e embasam-se em um único referente. Considerando-se que na interação verbal há sujeitos afetados pela língua e pela história, eles estão realizando, ao mesmo tempo, o processo de significação; por isso é que a proposta da AD é pensar o discurso e não a mensagem. Assim, no discurso, o social e o histórico são indissociáveis, ao passo que há, entre locutores, efeitos de sentidos múltiplos e variados resultantes da relação de sujeitos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas. Em outras palavras, “o discurso é, pois, um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas.” (CARDOSO, 1999, p.21)

Em função da exterioridade linguístico-discursiva que afeta o discurso, as condições de produção, segundo Mussalim (2001, p.116), referem-se a determinadas circunstâncias do contexto histórico e das representações que o sujeito constrói de seu interlocutor, de si mesmo e do próprio discurso. O sujeito do discurso é

considerado como pertencente a um lugar social a partir do qual está autorizado a enunciar. Orlandi (1987) considera que o conceito de condições de produção é básico para a AD, pois, além de caracterizarem o discurso, essas condições o constituem e ainda são objeto de análise, como também contribuem para a compreensão do processo de produção de sentidos.

As condições de produção, no entanto, não podem ser compreendidas como influência que atua apenas nos limites da situação empírica do discurso, pois vai muito além disso em virtude de conterem uma representação no imaginário histórico-social: enunciador e enunciatário são representações de lugares determinados na estrutura social. Por isso, dizemos que as condições de produção implicam mecanismos de antecipação, uma vez que os interlocutores do discurso constroem imagens uns dos outros, de si próprios e do referente. Pêcheux (1997b, p.84) salienta que todo processo discursivo supõe, por parte daquele que fala, “uma antecipação das representações do receptor, sobre o qual se funda a estratégia do discurso”. Esse mesmo autor, a fim de ilustrar didaticamente o jogo de imagens que preside a produção de todo discurso, apresenta um quadro explicando como se estabelecem as formações imaginárias:

| Expressão que designa as formações imaginárias | | Significação da expressão | Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente |
|--|---------|---|---|
| A | I A (A) | Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A | “Quem sou eu para lhe falar assim?” |
| | I A (B) | Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A | “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” |
| B | I B (B) | Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B | “Quem sou eu para que ele me fale assim?” |
| | I B (A) | Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B | “Quem é ele para que me fale assim?” |
| A | I A (R) | “Ponto de vista” de A sobre R | “De que lhe falo assim?” |
| B | I B (R) | “Ponto de vista” de B sobre R | “De que ele me fala assim?” |

Figura 1 – Jogo de imagens de Pêcheux (Pêcheux, 1997b, p. 83-84)

Tem-se, no quadro (Figura 1), as formações imaginárias (I) que circundam o processo de produção do discurso de um enunciador (A) diante de um enunciatário (B), a partir de um determinado referente (R). Vale ressaltar que enunciador e enunciatário antecipam as representações reciprocamente. Tais representações são geradas a partir de um “já ouvido”, “já-dito”, de pressuposições sobre/dos participantes do discurso.

Diante do exposto, podemos perceber que, na relação discursiva, são as imagens projetadas, por sua vez, que constituem as diferentes posições (ORLANDI, 2005, p.40), pois o sujeito é capaz de se colocar no lugar de seu interlocutor, antecipar-se quanto ao sentido que suas palavras podem produzir e ajustar sua argumentação conforme o efeito que pensa produzir em seu leitor. Em virtude disso, pode-se atribuir ao imaginário a responsabilidade pela eficácia comunicativa de um discurso.

Consequentemente à condição de produção, abordaremos o conceito de F.D.

O primeiro a fixar essa expressão foi Foucault, que a designava como:

(...) um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam em uma época dada, e, para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (1997, p.136)

Nessa mesma obra, Foucault explica que são as regras de formação que regem a formação dos discursos. Para ele, os discursos são uma dispersão de enunciados, ou seja, elementos que, a priori, não estão ligados, mas formam um discurso, do que resulta uma formação discursiva:

(...) sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistema de dispersão, e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas (...). (1997, p.43)

É desse modo, por meio das formações discursivas, que os discursos deixam de ser dispersos e passam a apresentar certa regularidade. No entanto, conforme destaca Orlandi:

(...) é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (2005, p.44)

Essa contradição a que Orlandi se refere deve-se à característica das F.Ds. de serem instáveis, visto não apresentarem propriedades que permitam delimitarem-se suas fronteiras. Já a noção de heterogeneidade aparece diretamente relacionada à de interdiscurso, pois uma formação discursiva é constitutivamente perpassada

por outros discursos (provenientes de F.Ds. diferentes) que nela se repetem e podem produzir o novo.

Considerando-se que todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, Charaudeau e Maingueneau (2006, p.286) chamam de interdiscurso “o conjunto das unidades discursivas (que pertencem a discursos anteriores do mesmo gênero, de discursos contemporâneos de outros gêneros, etc.) com os quais um discurso particular entra em relação implícita ou explícita”.

Dessa forma, o interdiscurso pode ser definido como um processo de “reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é levada” (MAINGUENEAU, 1997, p.113). Portanto, o interdiscurso, chamado também de complexo com dominante (ORLANDI, 2006), é o que determina uma formação discursiva dada, pois é ele quem preside todo dizer, sendo o já-dito, ou seja, o saber, a memória discursiva que já faz sentido antes mesmo da produção de um discurso. E é por já fazer sentido antes, em algum lugar, que o discurso produz algum tipo de significação.

Pêcheux (1997c, p.166) sintetiza o conceito de F.D. como representando o que pode e deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Assim, seguindo o raciocínio proposto por esse teórico, os sentidos de um discurso são constituídos de uma determinada forma porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outra, para que possa ter um sentido e não outro. Além disso, ele considera que os discursos produzidos no interior de uma F.D. estão em constante diálogo com discursos produzidos em outras F.Ds. Daí podermos afirmar que uma F.D. será sempre atravessada por outras, por discursos outros que são incorporados por ela em relações de confronto ou de aliança.

Para finalizar a parte das formulações teóricas, é necessário, diante de tudo que foi exposto até agora, explicitarmos, ainda que brevemente, noções como as de ideologia e de sujeito, dois pontos fortes da AD. Trata-se, portanto, de expor alguns aspectos da definição discursiva tanto da ideologia quanto do sujeito. Em relação à ideologia, adotamos uma perspectiva discursiva, pois partimos da pressuposição de que ela se materializa no discurso. Em relação ao sujeito, interessa-nos a perspectiva discursiva porque o relevante à AD não é o sujeito empírico, físico, mas a posição sujeito projetada no discurso, ou seja, a posição do sujeito do discurso.

Em 1960, quando Michel Pêcheux iniciou seu projeto da Análise do Discurso destacou, dentre outros postulados, a importância da figura do sujeito para o estudo da linguagem. No entanto, para cada fase da AD (as três fases já mencionadas nesse trabalho), tinha-se uma noção de sujeito baseada em diferentes noções de discurso. Na terceira fase da AD, quando uma nova vertente se instaura, esse sujeito é postulado não como senhor de si e único. Pelo contrário, Pêcheux (1997a) tem como ponto de partida um sujeito inserido em um determinado contexto sócio-histórico, não mais caracterizado como senhor de sua vontade, mas como submetido às coerções de uma formação ideológica e discursiva. Afirmando-se o primado do interdiscurso sobre o discurso, tem-se um sujeito essencialmente heterogêneo, clivado, dividido. Assim concebido, passa a ser visto de uma perspectiva, acima de tudo, ideológica, pois seu discurso constitui um recorte das representações de um tempo e de um espaço social específicos.

Diante disso, a noção predominante de sujeito na AD considera a relação entre identidade, formação ideológica e formação discursiva necessárias para particularizar seu lugar no discurso, entendido como aquele que possui um estatuto, um lugar e assume uma posição do sujeito falante (ou locutor) com relação à sua

atividade linguageira (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2006). Isso quer dizer que, ao falar em sujeito, devem-se considerar as relações que ele mantém com a situação de comunicação na qual se encontra; bem como sua inserção num tempo e espaço específicos.

Assim, retomemos o jogo de imagens de Pêcheux (1997b), no qual o sujeito, dentro de um quadro sócio-histórico, projeta o seu discurso em relação ao discurso do outro (que envolve tanto o destinatário para quem planeja seu enunciado, quanto os outros discursos já constituídos que emergem de sua fala). Dessa forma, o sujeito fragmentado assegura coerência ao seu discurso, apoiando-se em uma série de formações imaginárias, as quais atribuem a cada sujeito um lugar definido segundo as condições de produção que afetam seu dizer. A representação das condições imaginárias de um discurso resulta do fato de que o sujeito não tem consciência das condições reais de produção de seu discurso. Pode-se dizer, então, que o jogo de imagens a que Pêcheux (1997b) se refere determina aquilo que pode e deve ser dito, a partir do lugar social e das representações feitas ao se enunciar. Isso significa que o próprio processo discursivo faz com que o sujeito seja submetido a certas imposições, e, concomitantemente, não seja livre para dizer o que quer, sendo que a própria opção de dizer já é determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual pertence.

A passagem de indivíduo a sujeito se dá no momento em que o primeiro é interpelado pela ideologia; em outras palavras, o sujeito torna-se sujeito ao passo em que se significa na relação social com o outro. E tal significação acontece por meio da submissão à língua e à história, uma vez que somente se significando é que se é sujeito, não havendo outra forma de significar-se senão deixando-se afetar pelo simbólico, pelo sistema significante.

A partir daí, então, há a constituição do sujeito, em um processo designado como de “subjetivação”. Ao submeter-se à língua, utilizando-se das palavras, o sujeito do discurso está, ao mesmo tempo, aderindo a uma determinada formação discursiva. Assim, o processo de formulação de subjetividade depende tanto dos sentidos mobilizados no conteúdo discursivizado quanto das configurações sócio-históricas que circundam o ato de dizer. Ou seja, o próprio fato de submeter-se ao sistema significante em um determinado tempo e lugar impõe ao sujeito do discurso o modo como ele adquire a sua subjetividade. Por isso, por mais que acredite no domínio dos efeitos de sentido produzidos pelo saber enunciado e na definição livre de uma determinada identidade, ao sujeito do discurso são vetadas essas escolhas.

Procuramos descrever esse processo de subjetivação em nosso corpus de análise, atentando-nos, principalmente, para as marcas que revelam o modo como os enunciadore s das crônicas jornalísticas estabelecem relações de aliança e/ou confronto com as formações discursivas presentes em seus discursos.

3 A VOZ FEMININA NO DISCURSO CRONÍSTICO

Uma vez que se trata do gênero discursivo que compõe o corpus de nosso estudo, não poderíamos deixar de ocupar-nos de um capítulo para apresentação desta modalidade de intervenção discursiva que é a crônica. Primeiramente, fazemos uma descrição do referido gênero de discurso, contemplando o modo como surgiu e como se consolidou o que atualmente designa-se como crônica. Devido à sua natureza a princípio predominantemente literária, recorreremos a alguns teóricos dessa área específica a fim de marcar com maior precisão algumas de suas particularidades. Após a descrição formal do gênero, procuramos refletir sobre a sua concepção social, ou seja, tomando como base de apoio o modo como Bakhtin (2000) concebe os gêneros discursivos, abordamos a dimensão sócio-ideológica que determina e é determinante da atividade comunicativa. O estudo do gênero discursivo, assim, adquire importância na medida em que há coerções atuando na emergência de um determinado discurso, as quais não podem e nem devem ser ignoradas.

Considerando-se que o corpus dessa pesquisa é constituído por enunciadores femininos, a segunda parte deste capítulo versará a respeito de algumas das práticas discursivas usuais no universo feminino, bem como sobre os três sujeitos enunciadores cujos textos serão analisados neste trabalho.

3.1 A Crônica: um breve resgate histórico do gênero

“De formas diferenciadas, porque diferente é em cada momento a percepção do tempo histórico, a crônica é sempre de alguma maneira o tempo feito texto, sempre e de formas diversas, uma escrita do tempo” (Margarida de Souza Neves, 1992)

Por ser muito antiga e, paradoxalmente, tão atual, a trajetória da crônica merece ser apresentada. Várias são as definições que recebe. Na Literatura, chega a ser concebida como gênero menor (CANDIDO, 1992); gênero anfíbio (COUTINHO, 1986); gênero ambíguo (MASSAUD MOISES, 1985); gênero ambivalente (MARTIN VIVALDI, 1973 *apud* MELO, 2002); documento (NEVES, 1992), entre outros. Em todas essas diferentes acepções, as quais serão esmiuçadas mais adiante, há o predomínio do vínculo com o sentido etimológico que lhe é inerente: o de tempo. Ou seja, tem a função de resgatar fatos que acontecem em um determinado momento, seja como um registro do passado ou um flagrante do presente.

Para iniciar nossa explanação sobre este gênero específico, é necessário resgatarmos o significado da palavra, oriunda do termo grego *chronikós* e do latino *chronica* que indicam, inegavelmente, sua estreita relação com a ideia de tempo. Na era cristã, o vocábulo designava uma lista de acontecimentos ordenados em sequência cronológica. O auge de sua circulação deu-se em Portugal, no século XV, onde se exacerbou sua função histórico-narrativa em escritos como os de Fernão Lopes. Isso porque, nomeado cronista-mor do Reino, tinha a obrigação de fazer o registro dos feitos de todos os antigos reis de Portugal que antecederam o reinado de D. Duarte. Essa prática foi um grande marco para o gênero cronístico, uma vez que, a partir de então, o cronista passou a ser visto como um escritor profissional, isto é, começou a ter remuneração para trabalhar com o resgate histórico. Por muito tempo, o vocábulo *crônica* era entendido como narrativa histórica e, nessa acepção, o cronista era visto como um *narrador* da história. Não confundamos, porém, a figura do cronista com a do *historiador*, pois, como esclarece Benjamin (1985), o trabalho do cronista é narrar o acontecimento, comentando-o a partir de seu olhar, sem se

preocupar em explicá-lo, ao passo que o historiador escreve os fatos sob uma visão objetiva, buscando neles um porquê, um entendimento, uma causa.

Já no século XVI, a crônica passou a ter uma função mais descritiva como instrumento de relato das novas paisagens vislumbradas pelas viagens ao desconhecido continente americano. Um exemplo marcante tanto para o gênero quanto para a literatura brasileira é a Carta de Pero Vaz de Caminha, cujo autor revela preocupação em registrar as particularidades da nova terra, bem como de seus habitantes (os índios) e de seus costumes. A Carta, então, tornou-se um valioso documento para a literatura do Brasil, já que simboliza os primeiros escritos feitos em nosso país e figura entre as crônicas mais importantes de nossa cultura.

Somente a partir do século XIX, impõe-se uma acepção moderna à crônica; juntamente à sua conotação historicista e literária, obtém, também, um viés jornalístico. Aproveitando-se da ampla difusão da imprensa, a crônica passa a integrar o jornal e, então, assim como é concebida atualmente, torna-se um gênero específico e geralmente ligado ao jornalismo. Com esse formato, seu aparecimento ocorre, inicialmente, na França, no século XIX, com publicação no *Jornal de Débats*, de Paris, sob a forma de *feuilleton*, traduzido no Brasil como “folhetim”. Rapidamente, o folhetim apareceu entre nós como um tipo de texto que abordava vários assuntos, mas com predominância dos aspectos da vida moderna, sendo caracterizado como

um espaço livre no rodapé do jornal, destinado a entreter o leitor e dar-lhe uma pausa de descanso em meio à enxurrada de notícias graves e pesadas que ocupavam – como sempre ocuparam – as páginas dos periódicos. Com o tempo, a acolhida do público com relação a esse espaço foi aumentando, e o folhetim passou a ser um chamariz para os leitores. (BENDER e LAURITO, 1993, p. 15)

Dentre essas formas de entreter o leitor, havia o folhetim-romance e o folhetim-variedade. O primeiro deu origem às telenovelas, enquanto o segundo propiciou o desenvolvimento da crônica. Como uma matéria variada, nesse espaço eram apresentados registros e comentários da vida cotidiana. Ao folhetinista, cabia a tarefa de “informar sem cansar”, daí a aparente impressão de superficialidade na exposição dos assuntos. Grandes nomes da literatura brasileira do século XIX destacaram-se como cronistas, entre os quais José de Alencar, Machado de Assis, Raul Pompéia, Olavo Bilac, entre outros.

Entretanto, aos poucos, esse gênero foi se definindo e redefinindo-se. No século XX, Lima Barreto começou a dar indícios do que seria a crônica moderna, tanto no que se refere ao formato, com textos mais curtos, quanto ao estilo mais subjetivo expresso informalmente na linguagem cotidiana e acompanhado de um pouco de ficção. Em seguida, Paulo Barreto, conhecido pelo pseudônimo de João do Rio, destacou-se como o cronista mundano por excelência (SÁ, 2005, p.9). Percebendo que a sociedade estava sofrendo transformações, devido à modernização da cidade, e que isso exigia mudança, também na forma de retratar a realidade diária, esse cronista passou a dar “mais vida” ao texto, incluindo também um toque ficcional em suas crônicas. E, posteriormente, com Rubem Braga (o responsável pela consolidação da crônica enquanto gênero moderno, na década de 30) e mais uma legião de renomados escritores como Raquel de Queiróz, Fernando Sabino, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos e outros, a crônica tornou-se

em vez de simples registro formal, o *comentário* de acontecimentos que tanto poderiam ser do conhecimento público como apenas do imaginário do cronista, tudo examinado pelo ângulo subjetivo da interpretação, ou melhor, pelo ângulo da recriação do real. (SÁ, 2005, p. 9)

Como se nota, a designação do vocábulo *crônica* evoluiu de “narração histórica” para “comentário” do cotidiano, ou, podemos dizer, ainda, impressão pessoal do cronista. Abdicou-se da tarefa primordial de fazer o registro pretensamente objetivo do acontecido e abriu-se espaço para a opinião pessoal. Instaurou-se, a partir de então, a noção de subjetividade inerente a essa modalidade discursiva, ao passo que adquire caráter de gênero propriamente expressivo de um sujeito e um tempo particulares. Ancorado em um tempo vivido, busca-se a reconstrução de aspectos casuais do cotidiano, das circunstâncias e da simplicidade do dia a dia, seja por meio do relato de uma história, de fazer rir, de levar à reflexão ou de externar uma opinião. Qualquer que seja a pretensão da crônica, ela é construída sempre a partir da interpretação específica de um sujeito, empenhando-se, sobretudo, para fazer significar a realidade da qual faz parte.

Em linhas gerais, são esses alguns dos passos da crônica brasileira até seu modelo atual; da História, ela passa à Literatura e ao Jornalismo, sendo um gênero do qual se ocupam escritores da imprensa periódica para relatar suas impressões dos acontecimentos. Mesmo quando não apresenta o foco narrativo na primeira pessoa do singular e o “não-eu”, ou seja, a impessoalidade marca um determinado acontecimento, Massaud Moisés (1985, p.116) explica que o “eu” faz-se presente segundo a visão pessoal de quem escreve. Ainda sobre a subjetividade na crônica e utilizando-se de uma metáfora, Martin Vivaldi (1973, p.123 *apud* MELO, 2002, p. 141) enfatiza que “não é a câmera fotográfica que reproduz uma paisagem; é o pincel do pintor que interpreta a natureza, imprimindo-lhe um evidente matiz subjetivo”.

Com a consolidação do gênero discursivo, muitos estudiosos da Literatura começaram a dar atenção para a crônica, de modo a tornar sistemático o seu estudo. Exemplo disso é a distinção feita por Coutinho (1986, p. 133), dividindo as crônicas em cinco categorias: a) *crônica narrativa*, identificada como parecida com o conto, com a predominância de uma estória ou episódio; b) *crônica metafísica*, apresentada como de cunho mais filosófico; c) *crônica poema-em-prosa*, que teria conteúdo lírico; d) *crônica comentário*, baseada em acontecimentos; e e) *crônica informação*, divulgadora de fatos.

Tal classificação, contudo, não delimita radicalmente as fronteiras entre um tipo e outro, até mesmo porque, na maioria das crônicas, verificam-se traços de uns e de outros fundidos. O que acontece, porém, é a predominância de um determinando tipo em detrimento de outros. Conseqüentemente, os discursos cronísticos enfocados nesta pesquisa podem ser classificados como predominantemente do tipo *crônica comentário*, mas, às vezes, também como dotados de certas características da *crônica metafísica*. São crônicas que abrem um espaço propício para que o “eu”, o sujeito, a partir do que vê, fica sabendo ou vive, desdobre-se e expresse seus sentimentos, impressões ou reflexões face a um determinado acontecimento que deu origem ao seu texto. No capítulo seguinte, ao fazer referência direta às crônicas nas análises, compreender-se-á com mais clareza essa classificação.

Independentemente das distinções feitas por Coutinho (1986), as crônicas, em geral, apresentam algumas particularidades. Por ser um texto curto, normalmente de meia página de jornal ou revista, possui uma brevidade peculiar – da qual, muitas vezes, surge sua maior riqueza. Aliado à característica da subjetividade, já destacada anteriormente, aparece o constante diálogo com o leitor,

concebido como um processo natural em virtude de o cronista assumir o “eu” no discurso. Para Massaud Moisés (1985, p.116), o diálogo é visto como um procedimento dicotômico, pois se trata de um leitor implícito. Seguindo esse raciocínio, o referido teórico considera esse diálogo com um monólogo autorreflexivo e um diálogo enquanto projeção; entendendo-o como um *monodialogo*³, no qual “simultaneamente monólogo e diálogo, a crônica seria uma peça teatral em um ato superligeiro, tendo como protagonista sempre o mesmo figurante, ainda quando outras personagens interviessem” (MASSAUD MOISÉS, 1985, p.117). Reforçando esse caráter dialógico da crônica, é comum o uso de vocativos chamando o leitor a participar da conversa proposta. O leitor, geralmente, é referido de forma indiscriminada, ajustando-se ao homem ou à mulher e, assim, garante um tratamento afetivo e, por vezes, até íntimo na interlocução.

Dessa forma, encarada como uma conversa, a coloquialidade caracteriza o tipo de linguagem da crônica. Sem muita preocupação com a sintaxe da língua padrão que rege a produção de textos escritos, não é raro que se aproxime da língua falada, fazendo uso dos marcadores conversacionais próprios da oralidade. Há uma tentativa de recriar a realidade de modo espontâneo, tal como acontece em uma conversa do dia a dia ou em reflexões diárias. Essa propensão à oralidade na escrita, além de também propiciar maior aproximação com o leitor, é uma “humanização da melhor” (CANDIDO, 1992, p.16), pois revela o modo natural de ser dos enunciadores. Assim, fazendo uso da simplicidade languageira, adquire ar de naturalidade com seu “tom menor de coisa familiar” (ibid, p.17) e acaba por ser acessível a um número maior de leitores. No entanto, apesar de apresentar-se sob

³ Termo empregado por Massaud Moisés (1985, p.116), mas criado por Carlos Drummond de Andrade, que o utilizava para designar a relação verbal com o interlocutor, na obra *O poder ultrajovem e mais 79 textos em prosa e verso*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972, p.50.

uma atmosfera simples e descompromissada, não significa que seu conteúdo também seja assim; é capaz de utilizar dessa simplicidade para expressar uma profunda crítica social a respeito da complexidade dos sentimentos e atos humanos, tudo isso, como sempre acontece nas crônicas, ligado aos temas do cotidiano.

Diante do que foi dito, de forma geral, a crônica apresenta traços marcantes que podem caracterizá-la, como composição em prosa, extensão curta, comentário ligeiro, opinião pessoal, bate-papo descontraído, timbre intimista e coloquial, leveza, subjetividade, matéria cotidiana e, conseqüentemente a todas essas suas singularidades, a efemeridade constitutiva desse gênero não pode ser esquecida. Como parte da imprensa periódica, a crônica destina-se ao consumo diário. Por isso, algumas vezes assume a mesma transitoriedade que o seu suporte, o jornal, o qual “nasce, envelhece e morre a cada 24 horas” (SÁ, 2005, p.10). Há, portanto, parafraseando Candido (1992), um nó indissociável entre o texto e o seu veículo, o que, direta ou indiretamente, acaba por determinar o modo como esse gênero deve se constituir discursivamente.

Entretanto, vale ressaltar que a crônica busca libertar-se de certas limitações jornalísticas para não ter o mesmo destino da notícia e construir o seu destino de obra literária (PORTELLA, 1958, p.114): por isso é que luta, por meio dos mais variados recursos linguístico-expressivos, para transcender o simples cotidiano.

Ao estudar os teóricos da Literatura, percebemos que eles possuem formas distintas de conceber o gênero crônica. No início deste capítulo, referimo-nos a alguns estudiosos que serão retomados neste momento. É importante ressaltar que não é nosso objetivo, neste trabalho, problematizar as definições dos teóricos citados. A referência à existência de diferentes concepções em relação ao gênero

será mencionada como forma de contribuirmos para uma melhor compreensão das propriedades desta modalidade do discurso.

Quando Antonio Candido (1992, p.13) fala da crônica como um gênero menor, ele está empregando uma linguagem metafórica. Diferentemente do que possa parecer, não imagina uma literatura feita só de cronistas, pois não são todos os escritores que recorrem a esse gênero e aqueles que se ocupam dele, geralmente, não se limitam a esse único gênero, como acontece com muitos que escrevem conto, romance, teatro e crônica ao mesmo tempo. Assim, Candido enfatiza que o gênero é menor, devido, principalmente, à sua extensão. Ele ressalta que a efemeridade e a curta extensão são pontos positivos, pois fazem com que o gênero se aproxime do cotidiano das pessoas e, por consequência, fique mais próximo do leitor que lê rapidamente e se identifica quase de imediato com o que está sendo exposto. O fato de ser curto não sugere superficialidade, tendo em vista que um poema, por exemplo, pode ter uma única linha e dizer muita coisa. Ele destaca, ainda, a importância da crônica para a literatura: considera-a detentora de uma linguagem simples e breve, como se fosse, muitas vezes, uma conversa fiada, mas podendo dizer coisas sérias e, até mesmo por esse motivo, podendo comunicar mais sobre a realidade cotidiana.

Originada como gênero típico do jornal diário, conforme referimos no histórico de sua trajetória apresentado, a crônica também cultiva um vínculo com o livro. E, então, deparamo-nos com um questionamento: afinal, a crônica pertence ao jornalismo ou à literatura? É para esclarecer essa discussão que Coutinho (1986, p.135) lança mão da designação “gênero anfíbio”, uma vez que considera que ela tanto pode “viver na coluna de um jornal como na página de um livro”. Inclusive, conforme já dissemos no início desta dissertação, as crônicas passaram do jornal

aos livros e, em ambos, possuíram e possuem (no caso dos livros) grande fluidez em sua circulação, representando, assim como tantas outras, o “gênero anfíbio” proposto por Coutinho.

Fazendo referência, novamente, à presença da crônica no jornal, Massaud Moisés (1985, p.104) faz uma distinção entre “escrever **para o jornal**” e “escrever **no jornal**”. No primeiro caso, seriam aqueles tipos de textos que são destinados exclusivamente aos jornais, como as reportagens e as notícias, os quais têm durabilidade de um dia apenas, sendo que, no dia seguinte, são esquecidos e automaticamente substituídos por outros. Já o segundo, são aqueles tipos de textos que, não necessariamente se atendo à rotina do cotidiano, procuram o jornal meramente como um veículo de divulgação, como uma novela ou uma peça de teatro. Assim, surge mais uma dúvida em relação à crônica, pois não é possível situá-la em somente uma dessas duas categorias distintas: ela se destinaria a ser lida na folha diária, mas não visando somente à informação; ou objetivaria, acima de tudo, uma transcendência em relação aos acontecimentos cotidianos? E, por essa característica de transitar entre o *no* e *para o jornal*, é que ela é considerada um “gênero ambíguo”, “duma ambiguidade irreduzível” (MASSAUD MOISÉS, 1985, p.104).

O caráter ambíguo da crônica advém, ainda, do fato de ser um gênero de difícil classificação, pois ora se confunde com o conto, ora com o ensaio e ora com o poema em prosa. O ensaio, porém, é o gênero que mais penetra nas fronteiras da crônica, sendo, não raramente, impossível uma separação radical entre os dois; daí, então, considerar-se a extensão como o critério para distingui-los, ou seja, enquanto a crônica caracteriza-se por ser curta, o ensaio costuma ser mais longo.

Martin Vivaldi (1973, p.123 *apud* MELO, 2002, p. 143) considera a crônica um “gênero ambivalente”, por ser capaz de combinar a notícia com a opinião do cronista, sem se confundir com a reportagem ou o artigo. Já Neves (1992, p.76) diz que as crônicas são “documentos”, na medida em que se constituem enquanto um discurso “polifacético” que tudo absorve do tempo social em que circula. E esclarece melhor sua noção de documento: “é enquanto se apresentam como ‘imagens de um tempo social’ e ‘narrativas do cotidiano’, ambos considerados como ‘construções’ e não como ‘dados’, que as crônicas são aqui consideradas como ‘documentos’ (NEVES, 1992, p.76 – aspas da autora). As crônicas devem ser consideradas não somente como reprodução das “imagens de um tempo social”, mas também, e é sobretudo o que este trabalho pretende demonstrar, como “imagens” ou “construções” de um sujeito ideológico e afetado por um “tempo social” específico.

3.2 A dimensão social do gênero discursivo cronístico

Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo. Dispomos de um rico repertório de gêneros de discurso orais (e escritos). (...) Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente e pela primeira vez cada enunciado, a comunicação discursiva seria quase impossível. (Mikhail Bakhtin, 2000)

Este capítulo iniciou-se com a breve apresentação da trajetória histórica da origem do gênero discursivo crônica jornalística, além da exposição de algumas de suas principais características. No entanto, nossa pesquisa não poderia limitar-se a simplesmente elaborar uma “descrição” desse gênero, pois isso implicaria em preterir-se a dimensão social constitutiva de sua natureza enquanto ato linguageiro.

Embasados no modo sócio-interacionista de Bakhtin (2000), concebemos os gêneros do discurso como fundamentados em bases sócio-históricas e, portanto, ideológicas juntamente com as formas da língua; fazendo-se a articulação do caráter normativo característico dos gêneros, como também a relativa estabilidade que apresentam em sua forma de apresentação.

Considerando-se que a produção de linguagem é feita em forma de enunciados (sejam orais ou escritos) e estes são resultados de coerções específicas das situações de uso, os gêneros discursivos, então, são os “tipos relativamente estáveis de um enunciado” (BAKHTIN, 2000, p.279), elaborados a partir de uma determinada atividade comunicativa. Isso quer dizer que, enquanto falantes, assumimos um tipo específico de linguagem (um gênero do discurso) em virtude da esfera comunicacional na qual nos encontramos.

Em relação a esferas comunicacionais, vale ressaltar que estas existem em número infinito, porém organizado. Diante das variadas situações de uso da língua, Bakhtin (2000, p.301) explica que utilizamos de um repertório, por vezes inconscientemente, da forma padrão de estruturação de um gênero discursivo específico; e salienta também que tal repertório é adquirido conforme o decorrer das experiências de interação verbal. O que caracteriza um gênero discursivo, por sua vez, é a fusão de três elementos: o conteúdo temático, a estrutura composicional e os recursos linguísticos (estilo).

Brait (2007, p.30) alerta que não se deve, contudo, diante dessas considerações acerca dos gêneros discursivos, atermo-nos ao predomínio do determinismo, em que os sujeitos do discurso sejam vistos como incapazes de criar, modificar ou alterar um gênero, uma vez que o estilo do enunciador é capaz de representar sua própria relação com a língua e com o mundo. Podemos dizer, assim

como Faïta (1997, p.165) confirma na citação a seguir, que o gênero possui, simultaneamente, um estilo geral, recorrente nos discursos de diferentes enunciadores, como também um estilo individual, característico de cada sujeito falante:

Assim, se é muito provável que os enunciados produzidos por diferentes locutores, em circunstâncias diferentes, num domínio de atividade idêntica (...), apresentam uma soma de traços recorrentes, indicando que pertencem a um mesmo tipo, podemos afirmar então que cada um desses enunciados é a realização individual do estilo geral ao qual ele pertence. (FAÏTA, 1997, p.165)

Em nossa pesquisa, comprovou-se essa característica discursiva. Isso porque a mesma ocupa-se do gênero discursivo cronístico, mas com enunciadores, situações e estilos diferentes, resultando também em efeitos de sentido peculiares conforme as condições de produção. No entanto, voltando à questão dos gêneros do discurso, uma vez que cada um é constituído de uma forma distinta e específica, apresentam um caráter normativo ao delimitar o processo discursivo tanto do enunciador quanto do enunciatário. Do primeiro, porque ele se atém aos índices de referência que marcam o gênero em que está inserido, e do segundo, porque ele já tem uma expectativa quanto ao discurso produzido. No caso de nosso corpus, é interessante considerarmos, na análise, o fato de que os três enunciadores respondem às especificidades impostas pelo gênero, porém cada qual a seu próprio modo. Embora o conteúdo temático seja o mesmo – girando em torno das relações afetivas entre homem e mulher - e a estrutura composicional também – apresentam um texto curto, composto normalmente de três parágrafos. Divididos em introdução do tema a ser discutido, desenvolvimento da opinião pessoal acerca do mesmo e

conclusão, vêm expressos em função de recursos linguísticos alternados, ainda que alguns acabem por se tornar, de alguma forma, recorrentes.

A fim de ilustrar de maneira didática como acontecem as coerções genéricas, Maingueneau (1997, p. 34) relaciona a noção de gênero com a concepção de contrato; assim, para ele, “cada gênero presume um contrato específico pelo ritual que define”, como se fosse feito um acordo de direitos e deveres entre as partes, o que é convencionalizado institucionalmente entre os sujeitos. Em virtude de o gênero discursivo ater-se a um saber mutuamente reconhecido, cabe aos interlocutores do discurso o respeito às “regras”. Além dessa metáfora emprestada do domínio jurídico para caracterizar os gêneros do discurso, Maingueneau (2004, p.69) ainda utiliza ideias dos domínios lúdico e teatral. Este fazendo referência ao fato de que ao falar assumimos papéis, ou seja, encenamos conforme as condições determinadas; e aquele insinuando que, assim como um jogo, o gênero possui regras preestabelecidas.

Utilizando-se desse raciocínio, o contrato assumido entre os interlocutores das crônicas estudadas neste trabalho é bem marcado, ao passo que os enunciadores devem emitir opiniões pessoais sobre os relacionamentos afetivos entre casais, levando-se em consideração os enunciatários do discurso ou, mais precisamente, o conjunto de leitores dos veículos de comunicação que dissemina textos os quais escrevem. Já o papel adotado é comum nos três enunciadores em questão: todos se colocam na posição de pessoas experientes, amigas e conselheiras. Logo, apresentam-se como respeitadores das regras do gênero cronístico (expressam-se por textos curtos, atendo-se a temas do cotidiano, em linguagem coloquial e tom intimista) e, assim, procuram assegurar maior aceitação e concordância na interação discursiva.

Pertencer a um determinado gênero do discurso e não a outro, pelo fato mesmo de sofrer coerções, é tão constitutivo da atividade discursiva quanto as informações e o conteúdo a serem discursivizados. No caso específico das crônicas jornalísticas, em relação ao conteúdo, notamos a presença insistente do discurso do senso comum. Em virtude da recorrência desse tipo de discurso em nosso corpus, cabe, aqui, tecermos algumas considerações a respeito de suas particularidades e possível relação com o gênero discursivo cronístico.

Objeto de estudo de muitos pesquisadores em diferentes áreas das ciências humanas, o discurso do senso comum costuma despertar interesse devido à sua grande circulação e, conseqüentemente, ao seu poder de instituir/consolidar valores predominantes em uma determinada sociedade. Lagazzi (1988) ressalta que, ao veicular certas verdades como pertencentes ao senso comum, não há problemas de choque com o poder vigente. Ou seja, encarado dessa forma, como razão natural de um tempo e de um lugar, o senso comum seria um meio de garantir o assujeitamento do indivíduo aos valores dominantes da sociedade em que vive. Mais que isso, o senso comum, portanto, seria um dos primeiros meios de representação das ideologias dominantes.

Pelo seu caráter de pensamento coletivizado e consagrado, é um discurso (re)afirmado constantemente sob a aparente naturalização e literalidade do sentido. Assim, é um discurso que, na maioria das vezes, não é questionado a respeito de sua origem e/ou acepção, mas somente repetido espontaneamente e, não raro, de modo automático. Dessa forma, muitas vezes por meio de uma repetição inconsciente, tem a propriedade de celebrar e fixar os valores ideológicos consolidados na memória coletiva dos interlocutores. Resulta daí a consagração de

verdades que acabam por influir, diretamente, nas formas de pensar e agir de uma sociedade social e historicamente determinada.

Percebemos, diante do exposto, que o discurso do senso comum, em linhas gerais, constitui uma espécie de resíduo do poder dominante, ao mesmo tempo em que “faz o mundo parecer literal, quer que o sujeito seja transparente, assim como o sentido institucionalizado” (LAGAZZI, 1988, p.32). Com uma definição geral apoiada na ideia de que é um conjunto de opiniões e crenças de um momento e lugar específicos, o senso comum tem a capacidade de reger a vida cotidiana e as relações interpessoais (LAGAZZI, 1988, p.32). Assim, é oportuno estabelecermos uma relação entre esse tipo de discurso e o gênero discursivo crônístico, uma vez que ambos apresentam estreita vinculação com o cotidiano. Como parte da cenografia enunciativa específica da crônica jornalística a busca pela interação e aceitação do discurso veiculado, ao utilizarem formas de pensamento concebidas como parte da sabedoria popular, seus enunciadores compartilham a responsabilidade pelo que é enunciado e, então, conquistam, com mais facilidade, a aceitação de seu discurso. Além disso, como já mencionado anteriormente, uma das principais características da crônica jornalística é ater-se a assuntos corriqueiros do dia a dia, utilizando-se de linguagem simples e prezando pela interação com o interlocutor. Daí, a recorrente presença do senso comum nesse gênero discursivo.

Com essa recorrência, a crônica jornalística, por meio da mídia impressa, acaba por exercer grande influência no estabelecimento e organização da memória coletiva e, por consequência, sustenta as principais ideologias do senso comum. Apresentando um viés simplista, o discurso do senso comum revela a tendência de reduzir a complexidade dos fatos a uma acepção literal, concebendo-os como somente aquilo e nada mais. Fecha-se, então, para o múltiplo, o diferente, os

possíveis e variados sentidos que permeiam a tensão constante presente na linguagem. Há uma infinidade de sentidos possíveis para qualquer fato; o que ocorre é que, sob determinadas condições de produção, há o predomínio de um tipo de discurso, sendo, portanto, o senso comum, ou o sentido literal, um efeito de sentido.

Sintetizando as considerações a respeito desse tipo de discurso, Orlandi (1987) ressalta que o sentido literal (senso comum) nada mais é do que um sentido dominante institucionalizado como resultado da história. No entanto, ao mobilizá-lo, em situações específicas de interlocução, os sentidos variam, fragmentando-se e, assim, produzindo o novo.

3.3 O discurso feminino em (re)construção

*“Sempre fomos o que os homens disseram que nós éramos. Agora somos nós que vamos dizer o que somos”
(Lygia Fagundes Telles, 1975)*

A partir do desenvolvimento do pensamento feminista⁴, por volta da década de 1960, várias áreas do conhecimento das Ciências Humanas em geral têm estudado a questão de gênero, em termos de identidade sexual. Emprestada da Gramática pela crítica feminista, a palavra “gênero” assume um aspecto que vai além de sua função de simplesmente diferenciar o sexo de indivíduos e coisas; trata-se, acima de tudo, de um termo que designa diferenças funcionais e culturais instituídas socialmente. Inclusive o próprio processo de tornar-se “homem” ou “mulher” advém de uma série de atribuições sociais e individuais. Para cada categoria sexual de pertença de um determinado sujeito – masculino ou feminino –

⁴ Utilizamos o termo “feminista” no sentido de movimento social com objetivo de ampliar os direitos políticos e civis da mulher, não somente em termos legais, mas também em termos da prática social, de acordo com definição de Zolin (2005, p.182).

são atribuídos papéis distintos para sua socialização no mundo. É daí que surge, então, o grande interesse em pesquisar essa temática, uma vez que há recorrentes transformações nos papéis, lugares, formas de representação e construções sociais do que seja ser homem ou mulher.

Decorrem disso constituições diversas na busca pela definição de uma identidade feminina, pois o construto social do “ser mulher” é representado por valores dominantes de uma determinada sociedade em um espaço e tempo específicos. Assim, a caracterização de um gênero acaba por ser um produto da sociedade, aprendido e institucionalizado de variadas formas ao longo das gerações. Daí que os modos de ser, agir e pensar são, geralmente, internalizados e reproduzidos segundo modelos de conduta normatizados social e culturalmente. Em virtude de o contexto sócio-histórico invariavelmente sofrer mudanças, as identidades de gênero são igualmente afetadas por contínuas transformações sociais e, conseqüentemente, as práticas discursivas femininas são parte de um processo de (re)definição social constante.

A fim de melhor explicitar os desdobramentos das práticas discursivas femininas ao longo do tempo, faremos uma breve retomada do arquivo sócio-histórico relativo à constituição dessa identidade sexual. O percurso histórico da civilização foi marcado, em sua maior parte, por uma sociedade patriarcal, na qual o mundo e as decisões eram, por excelência, do homem: cabia a ele a tarefa de sustentar a família e ditar as regras dentro de casa, e a ela, a de manter-se em uma posição hierarquicamente subordinada a ele; e intitulada como “rainha do lar”, mais recentemente, tinha a obrigação de se dedicar à casa, ao marido e aos filhos. Numa situação como essa, à mulher apenas restava suportar a dominação masculina e, mais que isso, ter sua individualidade definida pela relação mantida com um homem

– que, primeiramente, era o pai e, em seguida, o marido. Ele, na condição de responsável legal por ela, deveria ser honrado e obedecido.

A reação de maior conscientização contra a condição em que viviam as mulheres começa a acontecer por meio da alfabetização, do direito ao voto, de sua inserção no mercado de trabalho e no acesso às universidades. Outro fator importante para o despertar contra a submissão foi o surgimento do movimento feminista, graças ao qual passou-se a reivindicar os direitos civis e políticos femininos.

É esse o contexto sócio-histórico que caracteriza o início da luta feminina para que a mulher seja aceita enquanto sujeito portador de uma identidade própria. Impõe-se, a partir de então, a necessidade recorrente da identificação do “ser feminino”. E daí o questionamento quanto à possibilidade de constituição de uma única identidade para a mulher. Como deveriam ser configuradas as possíveis identidades femininas? Quais os papéis que a sociedade contemporânea designa à mulher? Quais atitudes esperam-se da mulher frente às várias mudanças que ocorrem continuamente à sua volta? Quais valores femininos perduram, quais são negados e quais são inseridos na constituição e na relação entre os gêneros?

Moita Lopes (2002), falando a respeito da constituição das identidades, de modo geral, ressalta que ela não pode ser concebida, de modo geral, como uma característica inerente às pessoas, mas sim enquanto construções originadas a partir de práticas discursivas específicas. A constituição de identidades, então, deve ser vista como resultado de um processo de produção simbólica e discursiva e, por isso, estreitamente ligado a sistemas de significação, os quais são instituídos cultural e socialmente. O processo identitário, por meio das práticas discursivas, constitui-se, então, na relação de alteridade, própria de todo processo de interação discursiva e,

dessa forma, a presença do “outro”⁵ acaba por ser determinante para a construção do “eu”. Esse atravessamento do outro é facilitado nas tipologias discursivas midiáticas, como no caso das crônicas jornalísticas, uma vez que tais tipos de discursos são atrelados a formações discursivas recorrentes na interação social e, além disso, seus enunciados terminam por privilegiar valores prevalentes no conjunto da formação ideológica.

Em consonância com as ideias de Rajagopalan (2002, p.42) quando afirma que “a construção de identidades é uma operação totalmente ideológica”, podemos inferir que a mídia, de forma geral, muitas vezes exercendo função normativa ou prescritiva das tendências que devem pautar os comportamentos sociais, pode ser considerada decisiva na disseminação de ideologias, capaz de consolidar os valores dominantes e constitui-se, em vista disso, em um influente instrumento de configuração não só da identidade feminina, mas dos mais variados tipos de identidades sociais.

Ainda em relação à construção de identidades sociais, vale enfatizar que resulta de movimentos da história e de um processo de constante mudança e transformação. A respeito dessa afirmação, Orlandi (2002, p. 204) esclarece que a identidade:

(...) não é homogênea e ela se transforma. Não há identidades fixas e categóricas. Esta é uma ilusão – a da identidade imóvel – que, se de um lado é parte do imaginário que nos garante uma unidade necessária nos processos identitários, por outro lado, é ponto de ancoragem de preconceitos e processos de exclusão.

⁵ A noção de “outro” do discurso refere-se tanto ao outro do discurso que atravessa o sujeito, o interdiscurso, quanto o outro do intradiscurso.

Considerando-se que a identidade do sujeito está relacionada à alteridade, quer dizer que esse sujeito que procura afirmar uma identidade está, inevitavelmente, construindo-a pelo discurso do outro, por meio de um processo inconsciente e dinâmico de busca incessante de subjetivação. Em outras palavras, a identidade não é naturalizada, mas está no imaginário dos sujeitos e se constrói no e pelo discurso. A respeito disso, Hall (2004, p.38) assegura:

(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em “processo”, sempre “sendo formada”.

Portanto, pode-se dizer que há intrínseca realidade entre a constituição das identidades sociais e as tipologias discursivas midiáticas, uma vez que estas últimas são, em sua maior parte, responsáveis pela construção, difusão e manutenção das ordens discursivas e suas relações ideológicas. A preocupação em descobrir e definir quem nós somos, como também a existência das chamadas “crises de identidade”, segundo Hall (2004), fazem parte das condições de existência de um sujeito moderno e fragmentado que vem perdendo as referências, até então concebidas como estáveis e imutáveis.

Para esse autor, vem ocorrendo um processo de fragmentação do sujeito em virtude de rupturas conceituais nas sociedades modernas. Para tentar explicar melhor essa fragmentação, Hall (2004, p.34) lista cinco teorias sociais que culminaram no descentramento do sujeito:

1. O pensamento marxista no século XIX: a partir da afirmação de Marx de que “os homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas”, emerge uma nova noção de indivíduo; ele não é livre para fazer a sua história, mas sim um “produto” dela, ao passo que somente pode fazê-la segundo

determinadas restrições das circunstâncias sócio-históricas. Assim concebido, ao mesmo tempo em que é autor de sua história, é também um reproduzidor de seu contexto sócio-histórico;

2. A descoberta do inconsciente por Freud no século XX: a noção apresentada por Freud põe por terra o conceito do sujeito racional cartesiano, o qual era visto como detentor de uma identidade fixa e estável. Para a teoria psicanalítica freudiana, a identidade do sujeito é formada na relação com o outro, iniciada já na infância. Essa fase, quando a criança começa a experimentar sentimentos contraditórios em relação a pai e mãe, é fundamental para a “formação inconsciente do sujeito” e para fazer com que se sinta “dividido”, sentimento que permanecerá em todas as fases de sua vida, embora haja a crença ilusória de que se possui uma identidade única;

3. Saussure e o estruturalismo: a teoria saussureana considerava a língua somente enquanto sistema, independente do sujeito. Para o linguista Fernand de Saussure, a língua é concebida enquanto um sistema social que preexiste ao sujeito, portanto, cabe ao sujeito somente trazer à tona os significados que já estão estruturados na língua, não dando nenhuma importância ao sujeito e às suas acepções;

4. Foucault e a ideia de poder disciplinar: esse filósofo francês defende a ideia de que, com o fim de controlar estritamente a disciplina, algumas instituições policiam as populações modernas, como os quartéis, as escolas, as prisões, os hospitais, as clínicas etc. Então, a vida do indivíduo, incluindo todas as suas atividades, estaria sob uma vigilância disciplinar;

5. O movimento feminista: fazendo parte do grupo de “novos movimentos sociais” dos anos sessenta, o feminismo problematizou, tanto como uma questão

política quanto social, a forma como o sujeito é produzido, em sua subjetividade, identidade e em seu processo de identificação. Não somente a posição social das mulheres foi contestada por esse movimento, mas também a formação das identidades sexuais e de gêneros; pleiteando-se, sobretudo, que homens e mulheres sejam vistos como parte de uma mesma identidade, a da Humanidade.

A partir das teorias sociais citadas acima, ocorrem mudanças conceituais que rompem com a visão de sujeito possuidor de identidade fixa e estável, para dar lugar ao sujeito descentrado, “resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2004, p.46). Por isso, devido à condição de não-homogeneidade das identidades, não é possível falarmos, neste trabalho, em uma única identidade feminina, mas em processos de (re)construções identitárias. E, como mediadora desse processo, a mídia jornalística, cujo discurso compõe o corpus de análise em nossa pesquisa, ao materializar discursos atrelados a formações ideológicas predominantes de seus contextos específicos, ou seja, de seus veículos de comunicação, geralmente, tem uma penetração ampla na formação, manutenção e constituição das identidades sociais.

3.4 A mídia e a disseminação de valores no cotidiano

Apropriando-se da função de informar e comunicar, a mídia pode ser concebida como um suporte organizacional cujos agentes, por meio da linguagem, do simbólico, “regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem a suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido” (CHARAUDEAU, 2006, p.16). A maneira como os sentidos são produzidos, por sua vez, corresponde ao modo como os valores sociais se

constroem e, quase sempre, acabam por se impor. Pelo fato de a mídia tentar dirigir-se ao maior número de pessoas possível, apresenta grande dialogicidade com os valores do senso comum, por meio de simplificações, generalizações e clichês. Diante dessa atitude reprodutora e repetidora, ela acaba por cristalizar valores que influenciam amplamente os comportamentos e as práticas sociais, de forma geral, do grupo social em que é veiculada.

Vista sob essa perspectiva, a mídia pertencente aos grandes veículos de comunicação de massa, atuando na manipulação de consciências e, ao mesmo tempo, mobilizando uma relação de ação e reação, além de prestar-se à automanipulação, resulta em “um ciclo vicioso, ‘o da mídia pela mídia, tal como outrora o foi o da arte pela arte’” (CHARAUDEAU, 2006, p.19). Daí que agentes midiáticos atuam segundo as cenografias enunciativas específicas de seu contexto de produção, (re)produzindo discursos que corroboram processos de fixação dos valores ideológicos consolidados na memória coletiva; isso tudo em consonância com os objetivos, interesses e formação ideológica da empresa de comunicação, bem como uma aparente cumplicidade com seu público leitor.

Nesse momento, a fim de melhor compreender esse modo de atuação da mídia, é importante retomar dois conceitos-chave da Análise do Discurso de linha francesa: o interdiscurso e o intradiscurso. O primeiro refere-se à memória discursiva, ou seja, é definido como tudo aquilo que fala antes, em algum outro lugar, independentemente. Dessa forma, o que está sendo enunciado em um determinado momento só é possível ocorrer pelo fato de haver um já-dito anterior que o sustenta. Incorporar essa propriedade discursiva é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, ao passo em que ele, inevitavelmente, possui relação com os sujeitos, com a história e com a ideologia. Assim, quando os

enunciadores da crônica emitem uma opinião a respeito dos relacionamentos afetivos entre homem e mulher, mobilizam, inconscientemente, uma filiação de dizeres que remetem a uma memória discursiva dotada de significação e historicidade. Com base nisso, pode-se definir o interdiscurso como o conjunto de todos os dizeres já-ditos (e esquecidos), ou, em outras palavras, como “o dizível”.

Na discursivização, concomitantemente à mobilização de todos os saberes já enunciados, ou seja, ao dizível, é necessário estabelecer uma relação com a situação específica de enunciação. Esta seria, então, a relação existente entre o interdiscurso e o intradiscurso: enquanto o primeiro estaria no nível da constituição do discurso, o segundo estaria no nível da formulação dos dizeres em um momento dado e, ainda, sob determinadas condições. Por isso, dizemos que a formulação de enunciados em situações específicas (o intradiscurso) acaba sendo determinada pela relação que mantém com o interdiscurso (ORLANDI, 2005), pois só dizemos/formulamos o que está na base do dizível (da memória, do interdiscurso).

No processo de produção do discurso midiático, a relação entre o inter e o intradiscurso, assim como definidos acima, é determinante, pois são construídas generalizações a partir da situação específica de enunciação. O jogo de imagens de Pêcheux (1997b), já citado neste trabalho, é de grande valia para explicitar como se dão essas relações na materialização do discurso da mídia. Considerando-se que a organização do discurso ocorre a partir do estabelecimento de uma estereotipia dos interlocutores, possibilitado pelas formações imaginárias e pela conseqüente projeção enunciativa, a interação e a identificação com o que está sendo enunciado são facilitadas, embora não signifique que sejam garantidas.

No caso das crônicas jornalísticas estudadas em nossa pesquisa, o intradiscurso, em geral marcado por uma relação de interação entre amigas,

apresenta um tom prevalente que tende para o aconselhamento. Compartilhando experiências e opiniões pessoais dos enunciadores, esse tipo de discurso, constantemente, mobiliza o interdiscurso das principais ideologias do senso comum. Cada sujeito do discurso, a seu modo e segundo uma formação discursiva e ideológica específica, acaba por contribuir para a fixação e fortalecimento de valores morais que determinam os “modos de ser” no mundo. Diante disso, a mídia, discurso de nossa dissertação, muitas vezes, exerce significativa influência na formação das identidades sociais.

Com a atividade discursiva de comentar o mundo, a mídia jornalística, mais especificamente o discurso cronístico, impõe visões de mundo aparentemente múltiplas e, muitas vezes, análogas em seu modo de enunciar. Seja por meio da problematização de acontecimentos, ou pela construção de hipóteses, ou pelo desenvolvimento de teses e imposição de conclusões, na maioria das vezes está julgando e avaliando a partir de uma tomada de posição. Desse modo, nossa pesquisa pretende estudar os posicionamentos e as interpelações discursivo-enunciativas de sujeitos (re)produtores de valores do senso comum, tanto por meio da conformidade a essas ideologias de ampla circulação, como também pelas relações confrontantes a elas.

Na reiteração do pré-construído associada às formações discursivas a que estão atrelados os três sujeitos cujos enunciados são analisados neste trabalho, será observada a multiplicidade de sentidos decorrentes de diferentes projeções de valores morais, considerando-se que cada contexto de enunciação normatiza a reiteração do já-dito de cada formação discursiva.

3.4.1 A mulher na literatura e na mídia brasileira

Como produto da sociedade burguesa patriarcal, a função social destinada à mulher se restringia ao casamento e à maternidade. Até mesmo nos postulados filosóficos de Kant, a mulher era concebida enquanto um ser portador de intelectualidade inferior ao do homem e ainda possuidora de moral fraca. Diante desses atributos estabelecidos cultural e historicamente à mulher, ela situava-se entre os excluídos da sociedade e, assim, com o tempo, práticas discursivas interferem na questão feminina para então caracterizar o discurso feminino em seus mais variados aspectos.

Por volta de 1832, com a tradução para o português da obra *Vindication of the rights of women*, iniciou-se um movimento brasileiro, ainda que sem muita abrangência, de conscientização das mulheres opondo-se ao tratamento preconceituoso e manipulador do regime patriarcal vigente na época. A “Primeira onda feminista brasileira”, acompanhada do sufrágio feminino no Brasil, no entanto, aconteceu somente um século após o início desse esforço de conscientização sobre a condição feminina: em 1932, no governo de Getúlio Vargas, foi concedido à mulher o direito ao voto. A partir dos anos 1940, a mulher começa a participar efetivamente de sindicatos, movimentos e partidos políticos. O período da ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1985, revelou a luta de muitas mulheres que haviam sido torturadas e até mortas como consequência de seu esforço em defesa de ideais políticos. Com a redemocratização brasileira, houve grande engajamento das mulheres em associações, escolas, reivindicações de terras, denúncias de violência doméstica e outros, mostrando grande vitalidade e aumento da conscientização em favor do gênero outrora tão discriminado. A bandeira que se erguia do feminismo, então, clamava pelo direito à educação e à vida profissional, sobretudo para que

mulheres fossem vistas como seres dotados de inteligência e capacidade semelhantes às do homem.

Outro fato importante que corroborou para que a mulher se inserisse na sociedade foi a Revolução Industrial no Brasil, no século 20. Exercendo variadas funções e profissões, como criadas e babás e até mesmo operárias, a mulher começou a trabalhar sob condições não muito favoráveis em uma sociedade falsamente democrática e igualitária. Somente a partir dos anos 1960, as mulheres colocaram em evidência a situação discriminatória que vivenciavam nos mais diversos campos: econômico, jurídico, político, social etc. E assim iniciou-se o que foi chamado de “Segunda onda feminista”, movimento de grande êxito e muitas conquistas.

Como consequência do feminismo, no século 19, muitas mulheres tornaram-se escritoras, profissão que era predominantemente masculina. No início, era comum o uso de pseudônimos masculinos. Muitas mulheres aproveitavam-se da literatura para analisar e contestar a estrutura patriarcal da sociedade, por meio de reavaliações da constituição dos gêneros e das relações entre eles. Assim, iria se estabelecer uma tradição literária de autoria feminina, que rompia com o estereótipo patriarcal, com o surgimento de mulheres conscientes de sua condição e com capacidade e disposição para mudá-la. É o caso, por exemplo, da inglesa Charlotte Bronte e, no Brasil, de Maria Firmina dos Reis. Na primeira metade do século 20, ocorre uma explosão de publicações de autoria feminina no Brasil. As pioneiras são Rachel de Queiroz e Cecília Meireles, mas é Clarice Lispector quem inicia a tradição da literatura feminina no Brasil. Seguindo Clarice Lispector, várias outras vozes femininas começam a surgir, dentre elas Lygia Fagundes Telles, Nérida Piñon e

Adélia Prado, como também outras contemporâneas cujo trabalho faz parte do corpus de nossa pesquisa: Danuza Leão, Lya Luft e Martha Medeiros.

Também no século 19 e início do século 20, ao contrário do que se podia esperar, pesquisas mostram que houve extensa participação das mulheres em jornais, tanto naqueles dirigidos por homens quanto naqueles sob responsabilidade das próprias mulheres:

Isso é um fato patente, embora se diga que o jornalismo e a imprensa nasceram masculinos, embora muito se fale do **silêncio** da mulher brasileira referente à ausência de escrita literária e não-literária (editoriais em jornais, cartas, artigos), e embora haja um índice muito baixo de mulheres alfabetizadas (20% conforme o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1890-1920). (BONNICI, 2007, p. 148 – grifo do autor)⁶

A mídia dirigida às mulheres no Brasil, desde a referida época e pode-se dizer que até hoje, de variadas formas e acompanhando as transformações da mulher na sociedade, ocupa-se da mulher enquanto sujeito e de sua construção em um ambiente patriarcal. Falamos de sujeito no sentido em que subjaz às percepções que a mulher tem de sua identidade e de sua capacidade de assumir posições frente aos mais variados acontecimentos.

Para Buitoni (1990), a imprensa feminina age como um termômetro dos costumes de uma época, sendo um canal de expressão e reivindicação dos direitos femininos. Para tanto, o conteúdo que é veiculado nesse tipo de discurso segue as idiosincrasias femininas de um “sujeito do feminismo”⁷, caracterizado por uma subjetividade múltipla e não-unificada. Assim, a configuração midiática de uma imprensa representada por mulheres, carrega, em sua essência, expectativas

⁶ Ainda para confirmar sua argumentação, Bonnici (2007) lista várias mulheres que foram donas ou diretoras de jornais femininos no período exposto acima. Ver em: *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007. (páginas 149 e 150).

⁷ Termo utilizado por Lauretis (1994), no artigo *A tecnologia do gênero*.

contidas nos papéis sociais designados às mulheres de uma determinada sociedade. Isso faz com que a mídia feminina, geralmente, exerça função relevante nos processos de constituição de identidades femininas, como também na formação de práticas discursivas e sociais.

Como representantes da voz feminina na mídia impressa, reunimos, em nosso trabalho, textos de três cronistas de ampla circulação social na atualidade e que atuam, muitas vezes, de forma influente no processo de constituição de identidades de seu grande público leitor. A seguir, respeitando a ordem cronológica, faremos uma breve apresentação de cada uma delas.

3.4.1.1 Danuza Leão

Danuza Leão nasceu em 1933, em Itaguaçu, estado do Espírito Santo, e mudou-se para o Rio de Janeiro quando tinha dez anos de idade. Após exercer variadas atividades profissionais, tornou-se jornalista e escritora. Sua produção literária resume-se a crônicas que relatam as memórias de sua vida, os lugares que conheceu, as pessoas com quem conviveu, os seus amores, as suas tristezas e as suas alegrias. Irmã da cantora Nara Leão, Danuza foi amiga de grandes nomes da cultura, música e literatura brasileiras, como Fernando Sabino, Di Cavalcanti, Vinicius de Moraes e Rubem Braga.

Suas crônicas encontram-se reunidas nos livros *Na sala com Danuza* (1992), *Danuza Todo dia* (1994), *Crônicas para guardar* (2002), *As aparências enganam* (2004), sua autobiografia *Quase tudo* (2005) e o recém-lançado *De malas prontas* (2009). Seu livro de maior sucesso, *Na sala com Danuza*, liderou a lista dos mais vendidos durante um ano e, no ano de 2004, foi lançada em nova edição revista.

Ainda aproveitando-se da grande venda desse livro, a editora Companhia das Letras lançou uma edição de bolso em 2007. Sua autobiografia *Quase tudo* também teve boa repercussão no público leitor, chegando a mais de 130 mil exemplares vendidos.

De sua vida particular, é importante destacar que foi casada com o influente jornalista Samuel Wainer, quem, inclusive, possibilitou o início de sua carreira como cronista da imprensa. Santos (2006, p. 157) diz que Danuza, já na década de 1960, era considerada um mito na sociedade carioca, espécie de modelo da mulher moderna e, ainda, que “era uma mulher à frente do seu tempo”. Desde o ano de 2001, suas crônicas têm publicação dominical no jornal *Folha de São Paulo*; periódico de abrangência nacional e que circula com maior frequência nas grandes capitais brasileiras cuja maioria de leitores é constituída por pessoas de classe média e alta, com um certo nível de cultura, leitores interessados em política e, em geral, do grupo dos chamados “formadores de opinião”.

3.4.1.2 Lya Luft

Lya Luft nasceu em 1938, em Santa Cruz do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. Devido à colonização alemã da cidade, praticamente todas as crianças falavam o idioma alemão e os livros utilizados nas escolas vinham da Alemanha. Aos onze anos, Lya Luft decorava os poemas de Goethe. Mais tarde, em Porto Alegre, formou-se em Pedagogia e Letras anglo-germânicas pela PUC-RS. Na mesma universidade, fez mestrado em Linguística Aplicada e, pela UFRS, tornou-se mestre também em Literatura Brasileira e Portuguesa. Seguindo a carreira acadêmica, foi

professora titular de Linguística na Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras entre os anos de 1970 e 1982.

Nos anos 1960, iniciou sua vida literária como tradutora de obras do inglês e alemão. No ano de 1964, lançou seu primeiro livro de poesias *Canções de limiar*, depois, em 1972, ainda escrevendo poesias, lança o livro *Flauta doce*. Em 1978, publica seu primeiro livro de contos *Matéria do cotidiano* e, em 1980, inicia sua carreira como romancista, escrevendo os livros *As parceiras* (1980), *A asa esquerda do anjo* (1981), *Reunião de família* (1982), *O quarto fechado* (1984) e *Exílio* (1987). Em 1996, publica seu livro de ensaios *O rio do meio*, considerado a melhor obra de ficção do ano. No ano de 1999, publica *O ponto cego*, depois *Histórias do tempo e Mar de dentro* (2000). Reúne suas crônicas nas obras *Perdas e ganhos* (2003) e *Em outras palavras* (2006). Recebeu inúmeros prêmios literários e consagrou-se como “escritora de alto porte, cujo verdadeiro viver está no escrever” (COELHO, 1993, p. 234).

Atualmente, Lya Luft tem suas crônicas publicadas quinzenalmente na coluna *Ponto de Vista* da Revista *Veja*, periódico de circulação nacional, considerado o de maior tiragem do país.

3.4.1.3 Martha Medeiros

Martha Medeiros nasceu em 1961, em Porto Alegre, cidade em que reside até hoje. Formada em Comunicação Social, fez sua carreira profissional na área de Publicidade e Propaganda, trabalhando como redatora e diretora de criação em várias agências. Iniciou sua carreira literária escrevendo poesias e publicando os

livros *Strip-tease* (1985), *Meia-noite e um quarto* (1987), *Persona non grata* (1991), *De cara lavada* (1995), *Poesia reunida* (1998), *Cartas extraviadas* (2001).

Dentre seus livros de crônicas, estão *Geração bivolt* (1995), *Topless* (1997), *Trem-bala* (1999), *Non-stop – crônicas do cotidiano* (2001), *Montanha-russa* (2003), *Coisas da vida* (2005) e *Doidas e santas* (2008). Recebeu, com essas obras, alguns prêmios literários e seu livro *Trem-bala* foi considerado *Best seller* em 1999. Em 2002, publica sua primeira obra fictícia *Divã*.

Atualmente, publica crônicas semanais nos jornais *Zero Hora* (Porto Alegre) e *O Globo* (Rio de Janeiro). Ambos os jornais estão entre os de maior circulação no país, sendo o primeiro considerado o mais importante do Estado do Rio Grande do Sul e o segundo, parte das Organizações Globo, conta com grande público leitor não apenas na grande área metropolitana carioca como em todo o país.

4 RELACIONAMENTO AFETIVO ENTRE HOMEM E MULHER: REPRODUZINDO UMA (IN)QUIETAÇÃO

Na contemporaneidade, época concebida por muitos estudiosos como pós-moderna e, nas designações de Bauman (2001), como modernidade líquida, o tema dos relacionamentos humanos torna-se cada vez mais recorrente nas pesquisas das ciências humanas: seja no campo sociológico, antropológico, psicológico, filosófico, literário ou linguístico. Tais estudos ocorrem em virtude de mudanças nos modos de as pessoas se relacionarem em decorrência do processo da globalização, da flexibilização das novas tecnologias e seus impactos na sociedade, resultando em uma era já chamada por alguns de modernidade tardia (HALL, 2004).

Entende-se por pós-modernismo as “mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950)” (SANTOS, 2004, p.7). Assim, o termo “pós-modernidade” é utilizado, geralmente, no sentido de forma póstuma da modernidade, que deu início a um período de profundas rupturas e transformações ocorridas, principalmente, no campo das relações sócio-econômicas⁸. Santos (2004, p.10) esclarece que os efeitos pós-modernos circulam no cotidiano das pessoas, por meio da tecnologia eletrônica de massa que permite a saturação de informações; na economia, marcados por valores de uma sociedade do consumo que prega o prazer proporcionado pelo uso de bens e serviços; e, por fim, nos estilos de vida, vicejando ideias associadas ao niilismo, cuja tendência é a ausência de valores e sentido para a vida, privilegiando-se, dessa forma, o tempo presente e a busca pelo prazer instantâneo, bem como o consumo exagerado e a satisfação do “eu”, interesses

⁸ É nesse sentido que o termo “pós-moderno” será utilizado no presente trabalho.

centrados em um individualismo latente, foco das preocupações do sujeito pós-moderno.

Preferindo utilizar a expressão “modernidade líquida”, Bauman (2001) elucida que este período pós-moderno, diante dos efeitos sociais citados, aponta para uma visão ambígua e multiforme da realidade, em que prevalecem os sentimentos de desapego e incerteza. Ao referir-se aos relacionamentos humanos, de modo geral, esse teórico apropria-se da metáfora da “liquefação” como consequência das mudanças nos vínculos sociais. De acordo com essa metáfora, a concretude dos sólidos valores, firmes e inabaláveis é questionada, apontando-se para a possível prevalência de um estado liquefeito e amorfo. Então, dotados de fluidez e flexibilidade, também os relacionamentos podem apresentar-se sob infinitas formas, numa comparação com certos pontos de vista do campo da história, do social e da política, associados às ideias de Marx e Engels (1998, p.8) na clássica passagem:

Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de representações e concepções secularmente veneradas; todas as relações que as substituem envelhecem antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se dissolve no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são enfim obrigados a encarar, sem ilusões, a sua posição social e as suas relações recíprocas.

Como parte da obra *O manifesto do partido comunista*, escrita no ano de 1848, Marx e Engels referem-se à dinamicidade e à instabilidade presentes nas relações sociais, ressaltando, porém, que seriam advindas das lutas de classes, o que marca a diferença com as teorias pós-modernas. Enquanto as teorias marxistas explicam as transformações das relações sociais sob a perspectiva da luta de classe, as teorias pós-modernas centram-se no sujeito, concebido como descentrado e fragmentado. De qualquer forma, em ambas as teorias, as relações

sociais são entendidas como processos que estão em constantes (trans)formações, e não como algo fixo e imutável.

Conseqüentemente ao que foi exposto, podemos afirmar que a contemporaneidade, também referida aqui como pós-modernidade, tende para a volubilidade das formas de relações uma vez que se caracteriza pelo rompimento com princípios, regras, valores e práticas que, até então, eram vistos como consagrados e imutáveis. Há a “des-referencialização do real e a des-substancialização do sujeito” (SANTOS, 2004, p.18). Isso porque as sociedades da atual fase pós-moderna caracterizam-se pela diferença, no sentido de que são compostas por diferentes e antagônicas divisões sociais, as quais acabam por produzir diversificadas representações das posições-sujeito, apontando, assim, para a multiplicação das possibilidades de identificação.

Decorre daí um sujeito em constante busca de referências a fim de obter uma sempre almejada centralização identitária. E, então, como resultantes do processo de identificação, os vínculos humanos tornam-se, cada vez mais, frágeis, ao passo que o sentimento de insegurança e os desejos conflitantes – da liberdade *versus* compromisso – são prevalentes nas relações. Ansiando pela satisfação pessoal, pela segurança do convívio e pela companhia confiável em algum momento de aflição, é que homens e mulheres contemporâneos, na maioria das vezes, buscam “relacionar-se” (BAUMAN, 2004).

Diante desse contexto, os instrumentos de mídia e de *comunicação de massa*, apresentando-se por meio dos suportes cinema, rádio, televisão, internet, jornal e publicidade, devido ao seu imenso alcance e amplo volume de material publicado, exercem papel fundamental como fonte de formação de opinião. Veiculando grande quantidade de dados informativos a um grande número de

peças, as quais a consomem com voracidade, a mídia tem se transformado em instituição de controle social e instrumento de dominação ao influenciar a opinião pública com o tratamento que dá às notícias, crenças e formas de entretenimento (GUARESCHI, 2000). Dessa forma, (re)produz conceitos e valores massificados e adquire importância como ponto de referência para o sujeito pós-moderno agir, pensar e, conseqüentemente, pautar seus comportamentos. A seguir, analisaremos o modo como a mídia jornalística, sob a perspectiva de três sujeitos enunciativos – Danuza Leão, Lya Luft e Martha Medeiros – colaboradoras em periódicos de jornais como *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*; e Revista *Veja* – refere-se aos relacionamentos afetivos, observando, prioritariamente, os valores que são exaltados, os que são renegados e de que forma apresentam-se associados a ideologias massificadas.

4.1 A temática do relacionamento afetivo na crônica jornalística

O próprio fato de os enunciativos recorrerem, com certa frequência, ao tema dos relacionamentos afetivos entre homem e mulher, em seus espaços de expressão, já marca a efetiva adequação ao gênero discursivo em questão. Uma vez que se trata do gênero crônico, o qual, conforme já detalhado neste trabalho, ocupa-se de assuntos referentes ao cotidiano das pessoas segundo a impressão pessoal do enunciativo, o “relacionar-se”, então, acaba por ser um assunto apropriado a desenvolver-se dentro da coluna de um jornal e/ou revista. A todo o tempo e de variadas formas, as pessoas relacionam-se e, muitas vezes, estão submetidas a diversos sentimentos e pensamentos que lhe são apresentados como

modelos a ser imitados. Então, nada mais proposital do que produzir discursos sobre os problemas e angústias advindos de uma prática social tão trivial.

Os discursos dos enunciadores são legitimados conforme os interlocutores estabelecem um contrato de fidelidade motivado pelos precedentes de sua história de vida enquanto enunciadores de discursos, bem como da tradição e influência dos meios de comunicação em que publicam. Diante disso, os sujeitos Leão, Luft e Medeiros assumem papéis de pessoas autorizadas a expressar um ponto de vista próprio (o que é inerente ao gênero cronístico) sobre relacionamentos afetivos, manifestando-se a partir da posição de mulher e, muitas vezes, colocando-se como porta-vozes do mundo feminino. Ao mesmo tempo em que estabelecem um diálogo com o interlocutor prioritariamente feminino, apresentam-se como sujeitos do discurso dispostos a reproduzir e interpretar o mundo da mulher. Assim, respondendo aos anseios de uma sociedade cujos princípios morais básicos estão se “liquefazendo” (BAUMAN, 2001), esses sujeitos de discurso, ao emitirem opiniões sobre fatos derivados das relações afetivas, não raramente, exercem a função de quase ditadores do como “comportar-se”, “pensar” e “agir” nessa condição de produção específica.

Além disso, pelo fato de assumirem a posição enunciativa de porta-voz, atuam, por meio da linguagem, como mediadores no processo de produção de sentidos do mundo feminino. Zoppi-Fontana (1997, p.20), fazendo uma releitura de Pêcheux (1990), explica que o funcionamento discursivo dessa forma de representação é resultante de um sujeito que “pertencente a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como um centro visível de um *nós* em formação, que o coloca como negociador potencial com o poder constituído”. Em nosso corpus de análise, o grupo representado pelos

enunciadores diz respeito ao inquietante universo feminino e suas variadas implicações sociais. Como já mencionado anteriormente, os sujeitos do discurso cronístico a que está voltada nossa pesquisa são reconhecidos como iguais devido aos seus históricos de vida e pelo fato de desfrutarem status privilegiado na mídia impressa, destacando-se, assim, dos demais do grupo. Desse modo, com uma legitimidade autorizada, deliberam práticas e, ao mesmo tempo, “negociam-nas” com as ideologias dominantes.

Ao agir dessa maneira, é como se o discurso desses sujeitos, enquanto representação da voz do povo, ou, mais especificamente em nosso trabalho, da voz feminina, necessitasse de uma intermediação para poder surtir os efeitos almejados. Esse entremeio ocorre por meio da função enunciativa do porta-voz, porque o discurso desse representante possui dois direcionamentos (ZOPPI-FONTANA, 1997); o primeiro seria do grupo representado (no caso, “a mulher”) para o porta-voz (os sujeitos cronísticos), e, por meio deste, para o poder dominante, e o segundo seria o sentido contrário, do poder dominante para o porta-voz, e, por meio deste, para o grupo representado. A presença mediadora do porta-voz, conforme percebido acima, seria indispensável para a incorporação adequada da representatividade no discurso. Seguindo este raciocínio, podemos reproduzir, em nosso trabalho, o direcionamento do discurso do porta-voz por meio de duas relações: a) mulher⁹ → sujeito cronístico → ideologias dominantes; b) ideologias dominantes → sujeito cronístico → mulher.

Concebido, então, como mediador de um grupo, é característica, na posição de porta-voz dos sujeitos cronísticos, a utilização de enunciados de natureza coletiva, os quais não se referem a nenhum segmento em particular. Assim, esse

⁹ O termo “mulher” está sendo utilizado para designar o grupo feminino como um todo.

uso mobiliza traços semânticos generalizantes, remetendo à visão coletiva das mulheres enquanto gênero sexual. Com a palavra enunciada sendo apresentada como “a voz das mulheres”, tanto os enunciadores Leão, Luft e Medeiros quanto o grupo feminino em geral aparecem como responsáveis por aquilo que é enunciado. E isso apenas pode ser feito pela figura enunciativa do porta-voz porque ele possui, nas palavras de Pêcheux (1990, p.17), uma dupla visibilidade: ao mesmo tempo em que é ator visível, é também testemunha ocular do acontecimento. Zoppi-Fontana (1997, p.22) dá continuidade a essa definição de Pêcheux explicando:

E, como ator, participa conjuntamente das ações do grupo apenas se destacando como alvo privilegiado do olhar alheio; como testemunha, diferencia-se do grupo por um olhar reflexivo que lhe outorga um excedente de visão sobre a participação do grupo na produção do acontecimento.

Diante disso, a autora revela-nos a dupla visibilidade do porta-voz como uma contradição inerente à função discursiva dessa figura enunciativa. Assim, é comum o processo de identificação e diferenciação do porta-voz alternar-se segundo posições assumidas em momentos específicos. Igualmente, os sujeitos cronísticos dessa pesquisa, embora se esforcem, até mesmo pela própria imposição do gênero discursivo em que estão inseridos, para garantir a identificação com o enunciatário e a conseqüente ilusão de pertencerem a um mesmo grupo, algumas vezes, distinguem-se e acabam excluindo-se, sem perceber, do grupo representado.

Notamos, diante disso, uma instabilidade permeando a função enunciativa desses porta-vozes. Em alguns momentos, colocam-se na posição de alguém falando “em nome das mulheres” e, por isso, constroem suas imagens como aqueles que “sabem tudo” a respeito desse grupo que representam, daí o processo de identificação. Já em outros momentos, quando ocorre o processo de diferenciação, é

como se os sujeitos do discurso particularizassem o conteúdo veiculado, colocando-se, assim, em um espaço semântico diferente daquele do grupo representado.

Ainda como forma de garantir o processo de identificação, Leão, Luft e Medeiros buscam conferir maior relevância a seus pontos de vista e maior credibilidade a suas opiniões. Para isso, nem sempre de modo consciente e intencional, lançam mão de certas estratégias enunciativas¹⁰ que repercutem na interação discursiva. Por meio da recorrência a determinados recursos enunciativos, os enunciadores posicionam-se diante do referido tema, estabelecendo relações de confronto e/ou aliança com os valores dominantes do meio social. Em um primeiro momento de análise, faremos uma breve exposição do modo pelo qual os enunciadores concebem os relacionamentos afetivos. Para isso, obedeceremos, novamente, a ordem cronológica, do mais velho ao mais novo, tanto dos enunciadores quanto das datas de publicação das crônicas selecionadas.

4.1.1 A prática conselheira de Leão

As crônicas de Danuza Leão a serem analisadas nesta pesquisa têm os seguintes títulos: “Você está viva?” (Anexo A1) e “Traições” (Anexo A2). Notamos, em todas elas, que o enunciador associa-se à formação discursiva do senso-comum ao expressar seu ponto de vista, mobilizando conceitos como “não podemos fazer tudo o que queremos, pois temos medo de contrariar as convenções sociais” (Você

¹⁰ Vale ressaltar que a utilização da expressão “estratégias” enunciativas, referindo-se aos enunciadores, não significa, de modo algum, que consideramos o sujeito do discurso como um estrategista no sentido de quem sabe exatamente o que está fazendo e prevê, com exatidão, o resultado de seus atos. Utilizamos-nos da expressão “estratégias” enunciativas no sentido de que, até certo ponto e sob determinadas coerções, o sujeito faz escolhas e decisões que lhe cabem e lhe são permitidas pela formação discursiva a que está associado. Assim como a teoria da Análise do Discurso utiliza-se da clássica ideia de Marx “o homem faz a sua história, que lhe é possível ser feita”, os sujeitos do discurso dispõem apenas das estratégias (ou recursos de expressão) que lhes são possíveis de serem utilizadas.

está viva?); ou “homem pode se envolver com qualquer mulher, pois a sociedade permite, mas a mulher não, porque a sociedade condena” (Você está viva?); ou “todo mundo já traiu na vida” (Traições), com o que se revela seu interdiscurso. Partindo de valores consensuais, Leão demonstra, entretanto, disposição para romper com muito do que é consagrado pelo senso comum quanto ao que se entende por relacionamento afetivo, mas, ao mesmo tempo, não deixa de simplesmente (re)afirmar valores já consolidados. O interdiscurso de uma família tradicional (idealizada) constituída por pai e mãe, os quais se mantêm casados “para sempre” a fim de proporcionar exemplos de comportamento e educação aos filhos, é substituído pelo privilégio da satisfação pessoal, com independência em relação aos que pregam as convenções sociais. Por outro lado, pelo modo como expõe suas opiniões, parece (re)afirmar os valores de uma sociedade patriarcal, reproduzindo os direitos do homem sobre a mulher, projetando o sentido de que ela, mantida sob os cuidados masculinos, teria a função de servir ao homem.

Em “Você está viva?” (Anexo A1), publicada no mês de maio do ano de 2002, Leão serve-se do pré-construído segundo o qual as pessoas não assumem realmente, no convívio social, o que sentem e se escondem por trás do que ela chama de “censuras mentais morais e sociais”. Trata-se de argumentação direcionada, principalmente, ao interlocutor feminino, grupo que representa, embora também se refira ao masculino, como parte do pressuposto de que homens e mulheres adotam maneiras diferentes de conviver com o outro. Como forma de garantir maior interação discursiva, apresenta linguagem próxima da oralidade, inclusive com marcadores conversacionais que sugerem a alternância dos turnos de fala.

Assim, é comum, nas crônicas de Leão, essa alternância ocorrer como simulação de um diálogo, do tipo pergunta-resposta, mas, no qual há uma relação assimétrica, pois o próprio enunciador pergunta e responde, antecipando-se ao que responderia o interlocutor. Dessa forma, é por meio do “perguntar” e “responder” que as impressões pessoais vão se projetando na fala e, então, o discurso vai desenvolvendo pontos de vista. Isso ocorre pelo fato de o enunciador colocar-se na posição de porta-voz das mulheres e, então, é como se, em seu discurso, ele tomasse a palavra em nome de todas as mulheres, representando um coletivo e, por isso, seu discurso é revestido de autoridade e acaba por construir um efeito de sentido de unanimidade. Já a recorrência ao diálogo, como recurso de expressão, comumente utilizado no gênero discursivo cronístico, cria um efeito de sentido de conversa íntima entre leitor e enunciador, estabelecendo um clima descontraído para tratar de um assunto corriqueiro. No entanto, por mais que haja a simulação de um diálogo e a tomada de palavra em nome de um grupo, o que predomina é uma subjetivação dessa representação, ao passo em que, invariavelmente, o discurso é dotado de traços de personalidade.

Deve ser mencionado, também, o fato de que sua coluna é publicada no Caderno *Cotidiano*, do Jornal *Folha de São Paulo*, aos domingos, pois, como parte das condições de produção do discurso, há imposições advindas das particularidades desta parte do jornal e da periodicidade que são respeitadas. Trata-se do caderno do jornal que, assim como o próprio nome indica, versa sobre assuntos referentes ao dia a dia, sejam eles locais ou internacionais, mas que sejam de interesse dos leitores de modo geral. Esse Caderno específico teve início no ano de 1991, substituindo o Caderno então chamado *Cidades*. Atualmente, nele são encontradas informações gerais de abrangência mundial e, além de reportagens,

textos produzidos por Danuza Leão e outros escritores renomados como Gilberto Dimenstein e Moacyr Scliar fazem parte desse Caderno.

Voltando à questão da presença da oralidade na escrita, não somente a interação com o leitor, por meio de perguntas e respostas, marca esse tipo de linguagem, mas também o constante uso da linguagem coloquial e figurada. A tentativa de estabelecer um diálogo juntamente com o uso extensivo da linguagem metafórica corrobora para maior interação e envolvimento com os interlocutores. Consideramos a utilização desses recursos advindos da oralidade, então, por serem recorrentes no discurso, como uma estratégia enunciativa de que se vale o enunciador para facilitar a identificação e, conseqüentemente, a aceitação de seu discurso pelo outro, cujo perfil é típico de um leitor de classe média e alta de grandes centros urbanos. Sendo auxiliado pelo funcionamento do gênero discursivo, o enunciador lança mão desse mecanismo enunciativo em seus textos, procurando, assim, marcar, com maior ênfase, um tom íntimo e familiar. É o que observamos em enunciados como o do próprio título, “Você está viva?”, em que, explicitamente, notamos um esforço para conseguir atrair a atenção do leitor ao dirigir-se diretamente a ele, por meio do uso do pronome “você” e pela interrogação, como se fizesse um convite ostensivo à leitura de seu texto. Outras passagens do texto confirmam a tentativa de proximidade e intimidade com o interlocutor, como:

Você já largou seu freio de mão mental e deixou sua **imaginação correr frouxa?** Vamos admitir: é difícil. E as convenções sociais, e os preconceitos, e o medo? Aprendemos que se peca até em pensamentos; com isso **brecamos a maioria deles** e depois não sabemos por que **nossa cabeça é um nó**. Mas se deixarmos eles correrem soltos será que as coisas ficam mais fáceis? Parece que sim. (...)

No primeiro olhar se define se outro é ou não possível – **se dá pé ou não**. (...)

Fique atenta: já percebeu que vai sempre à mesma loja para ser atendida pelo mesmo vendedor e sempre ao mesmo restaurante para ser servida pelo mesmo garçom? Já pensou nisso? (...) (LEÃO, 2004, p.64 – grifos nossos)

Atentando para as partes em destaque, observamos a insistência em dirigir-se diretamente ao interlocutor, simulando um diálogo distenso entre amigos. A linguagem conotativa de frases feitas, utilizada com frequência, é outra forma de produzir o clima de bate-papo, pois, assim como em uma conversa de interação real entre pessoas conhecidas não há preocupação com a adequação à linguagem formal, uma vez que a situação não o exige. Assim, as crônicas de Leão criam esse simulacro: o enunciador compartilha com a(o) amiga(o) opiniões sobre o que pensa, como se fosse interpelado a fazer isso, sem se preocupar com “regras” da linguagem escrita, estabelecendo a situação de descontração propiciada pela interação oral. Pelo modo como se posiciona no discurso, é como se respondesse a algo que lhe foi perguntado e, com isso, toma a liberdade de, explicitamente, dizer o que pensa. Baseando-se em exemplos cotidianos, faz com que o interlocutor reflita sobre suas atitudes e pensamentos, enfatizando o tom, tanto com o uso do pronome “você” quanto com o uso do verbo no modo imperativo, conforme podemos verificar na última passagem da citação acima e também nesta que segue:

Sendo assim, por mais que sua mulher seja um poço de virtudes e apaixonada por você, **nunca a deixe só com um homem, nem mesmo com o dentista.** (LEÃO, 2004, p.66 – grifos nossos)

É como se conversasse com uma pessoa conhecida, demonstrando preocupação com ela, a quem, então, resolve aconselhar. A prática conselheira, no entanto, fundamenta-se no compartilhamento de experiências pessoais de uma mulher que se considera vivida e competente para alertar àquelas que estão se

iniciando em aventuras amorosas. Ou seja, devido a essa particularidade, constitui-se como um porta-voz das mulheres e, por isso, tem a obrigação de aconselhá-las. O excerto transcrito acima também comprova que o discurso de Leão não é direcionado somente para uma “amiga” e que se preocupa também com o sexo masculino, por isso, projeta tanto interlocutor homem quanto mulher. No enunciado “(...) por mais que sua mulher seja um poço de virtudes(...)”, dialoga, abertamente, com o interlocutor masculino, o que vai de encontro a toda argumentação desenvolvida ao longo do texto, a qual é direcionada predominantemente à mulher, inclusive o título que, sob a pergunta “Você está viva?”, dirige seu questionamento restritamente ao gênero feminino. Ao referir-se a interlocutores de ambos os sexos, o discurso do enunciador procura assegurar maior abrangência interativa, tentando demonstrar certa imparcialidade no tratamento de gêneros, independentemente de qualquer respeito obrigatório ao que seja considerado politicamente correto.

Tais preocupações, no entanto, não são confirmadas pela forma como conduz sua exposição. O discurso acaba por reiterar uma visão relativamente machista ao ponderar que homens podem se envolver com qualquer mulher, pois a sociedade permite, enquanto que para a mulher isso é limitado, já que a sociedade tende a condená-la. Apresenta, assim, uma constatação da realidade, não significando, todavia, que se conforma plenamente com ela:

Alguns, mais corajosos, não só tem consciência a cada vez que isso acontece como se deixam levar; aí, correm o risco, que para a mulher é sempre maior. Um homem que segue seu impulso e arrasta com ele alguém de classe muito inferior é sempre perdoado – até porque eles sabem até onde devem ir e voltam logo para seu lugar de origem. Já mulher não pode; não dá para a madame ter um caso com o motorista de caminhão porque ninguém vai aceitar. Fora que elas têm a mania de se apaixonar, o que faz toda a diferença. (LEÃO, 2004, p.65)

Além de argumentar¹¹ que a sociedade é complacente para com as atitudes masculinas e intolerante para com as femininas, ainda se baseia na estereotipia de que “homem sabe como não se envolver em relacionamentos” e que “mulher se apaixona muito fácil”. Nesse ponto, há uma reiteração da formação discursiva do senso comum, segundo a qual é aceitável que o homem se relacione com várias mulheres, pois ele sabe “seu limite”, enquanto que, pelo fato de a mulher “apaixonar-se facilmente”, ela realmente não poderia desfrutar de igualdade de direitos. Decorre disso a manutenção de uma visão machista no discurso do enunciador, o qual tenta, ao longo do texto, rebater algumas convenções sociais, mas, ao mesmo tempo, acaba por (re)afirmar outras.

É como se, acompanhando as tendências da contemporaneidade, o sujeito do discurso questionasse valores que, pela própria prática cotidiana, vê-se que estão em decadência, porém, há a dominância de outros valores, os quais se impõem às mudanças sociais e insistem em perdurar. É o caso, por exemplo, do discurso pós-moderno (que prega o “permitir relacionar-se”), contrastando com os valores prevalentes em relação à mulher: a ela é permitido ser autônoma somente até certo ponto. Por um lado, ruptura de valores consagrados; de outro, preservação de valores dominantes do gênero superior.

Retrata, dessa forma, os valores ideológicos de uma sociedade aparentemente igualitária para com as relações de gênero, mas que, na essência, revela o reflexo de uma sociedade predominantemente reprodutora dos valores patriarcais. O discurso do enunciador, portanto, atrela-se aos valores dominantes da sociedade massificada, embora, aparentemente, oponha-se a eles. Assim como foi

¹¹ Quando falamos em “argumentar” trata-se de um fazer limitado por imposições das condições de produção e das formações discursivas e ideológicas as quais o sujeito encontra-se atrelado. Isso quer dizer que a “intenção” de argumentar é imposta a um sujeito assujeitado a determinadas coerções e não plenamente “intencionado” e sempre bem-sucedido naquilo que se propõe.

explicado o funcionamento discursivo¹² da figura do porta-voz, neste caso, Leão exerce a função de mediadora do discurso feminino, falando de um lugar social autorizado, para um interlocutor coletivo genérico, representado por aqueles que presenciam ou assistem à alocação, pertencentes ao mesmo lugar social.

Na crônica “Traições” (Anexo A2), de julho de 2002, o próprio título dá mostra do assunto a ser debatido ao longo do texto: a traição. No entanto, ao utilizar o termo na forma do plural, o enunciador faz referência ao fato de existirem vários tipos de traições, os quais são expostos partindo de situações usuais do cotidiano. Como um recurso argumentativo para despertar o interesse do enunciatário e, mais uma vez, buscar a proximidade, inicia seu discurso lançando uma pergunta: “Você já traiu?”. Diante de tal interpelação, é como se o discurso agisse sobre o seu interlocutor, fazendo-o parar e pensar sobre seu histórico e suas práticas nos relacionamentos afetivos. Sem dar muito tempo para que o enunciatário chegue a uma conclusão para responder à pergunta, já em seguida, é dada a resposta: “Ninguém gosta de confessar, mas é claro que sim”. Dessa forma, pode-se perceber que há, indicado no enunciado “ninguém gosta de confessar”, uma mobilização do interdiscurso de que o ato da traição, em geral, não é aceito socialmente, mas sim visto como uma atitude negativa pelo fato de contrariar os princípios básicos de uma sociedade baseada em valores que preconizam a honestidade, fidelidade e lealdade para com todos.

Nesse momento, então, é perceptível, no discurso do enunciador, uma negação de práticas instituídas pela dominante formação ideológica cristã. Ao assegurar que todos cometem a traição, seja lá de qual espécie for, contraria o que

¹² Referimo-nos a funcionamento enunciativo como “uma atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” (ORLANDI, 1987, p.61).

prega o discurso religioso, mas, ao mesmo tempo, evidencia a naturalização do ato, uma vez que, em suas palavras:

Nós todos já traímos, em pequena ou grande escala, e a traição é apenas a substituição de uma situação que já existe – seja ela de que ordem for – por outra que nos parece mais atraente. Ao fim e ao cabo, como dizem além-mar, a traição não é mais do que a esperança de viver melhor, e quem trai está pensando só em si mesmo – com mais ou menos culpa. (LEÃO, 2005, p.82)

Dando continuidade à sua exposição, o texto define traição, utilizando-se do advérbio “apenas” e da expressão “não é mais do que”, atribuindo uma irrelevância a algo não tão simples, ao passo que envolve sentimentos humanos e valores dominantes. Ao final do excerto acima, o enunciado “com mais ou menos culpa” desdobra o próprio dizer do enunciador e mobiliza, mais uma vez, o interdiscurso dos valores religiosos dominantes, segundo os quais a prática da traição é resultado de uma violação das regras de conduta, provocando o sentimento de culpa em quem a comete e, por isso mesmo, como já está afirmado logo no início da crônica, “ninguém gosta de confessar”.

Ao longo das sequências discursivas, são articulados vários exemplos de casos em que ocorre o ato da traição, iniciando com o cabeleireiro, passando pela política e, enfim, chegando às relações amorosas. Durante esse percurso, até chegar ao assunto que nos interessa nesta pesquisa, é interessante observarmos a recorrência a um recurso de expressão cujo efeito argumentativo é percebido no modo de expressar-se do enunciador. Referindo-se ao fato de que efetuar uma troca de cabeleireiro, ou médico, ou dentista etc., podem corresponder a diferentes modalidades de traição, cria-se uma situação em que o enunciatário se identifica com o que está sendo exposto e é levado a concordar com a ideia de que, realmente, a traição faz parte da rotina diária. Considerando-se que há, entre os

exemplos citados, vínculos profissionais entre as pessoas, em que uma está exercendo seu ofício e, a outra, pagando pelo “produto”, seria normal efetuar a troca quando uma delas não estivesse mais satisfeita com o serviço prestado. Sendo assim, nem sempre, tal prática poderia ser considerada uma traição. No entanto, considerando-se o modo como são enunciados, há grande possibilidade de o discurso convencer o interlocutor da naturalização da prática da traição em nossos dias. Somente a partir de conquistada essa aliança é que o tema do relacionamento afetivo é introduzido, admitindo-se, porém, que, neste terreno, a situação é “bem mais complicada”:

Mas existem as traições de amor, bem mais complicadas. O fundamento **é sempre** o mesmo: quem trai **está à procura** de mais bem-estar, mais prazer, mais felicidade. **É lícito e acontece o tempo todo**, mas **é tão difícil abandonar quanto ser abandonado**. O abandonado passa a duvidar de suas qualidades – e quem foi deixado acha que tem alguma? – e nem consegue saber qual a dor maior: viver sem a pessoa amada ou achar que nunca, jamais, vai ser amado de novo. **É duro**. (LEÃO, 2005, p.83 – grifos nossos)

Reconhecendo a complexidade das traições de amor, Leão fala na posição de pessoa que conhece bem o assunto, fazendo asserções enfáticas, como assertivas em destaque acima. Diante do uso dos verbos de estado no presente do modo indicativo, é como se o enunciador expressasse uma constatação baseada em fatos reais. Além dos verbos no tempo e modo que garantem maior certeza ao discurso, predomina o uso de adjetivos e intensificadores que aumentam a confiabilidade e a veracidade do que está sendo enunciado. Como parte de uma sociedade metropolitana e de um grupo social elitizado, ao julgar a prática da traição como sendo “lícito e acontece o tempo todo”, veicula os valores dominantes deste tipo de

sociedade, demonstrando, assim, que a traição, em seu meio, já era uma prática habitual.

Apesar do reconhecimento de o ato da traição ser algo recorrente, em seu meio, demonstra uma preocupação para com as consequências do abandono, tanto da parte de quem pratica quanto de quem é vítima da ação. E, falando sobre isso, entra na questão dos sofrimentos por amor. Por meio deste assunto, percebe-se que o discurso do enunciador não é adepto do dominante e fragilizado discurso que concebe um único e verdadeiro amor para a vida toda. Pelo contrário, exaltam-se, em seu discurso, os valores de uma sociedade pós-moderna, cujas experiências amorosas são ilimitadas:

(...) uma das primeiras obrigações é perceber quando o amor começa a acabar. Nessa hora, apaixonar-se por outra pessoa pode acontecer com qualquer dos dois, só que a situação de quem se toca primeiro (e vai acabar primeiro) é sempre melhor. O outro, coitado, fica pensando. (LEÃO, 2005, p. 83)

Observamos, nesse enunciado, que as expressões “quando o amor começa a acabar” e “apaixonar-se por outra pessoa pode acontecer com qualquer dos dois” confirmam a presença do interdiscurso pós-moderno. O mesmo aponta para a busca da satisfação pessoal individual, pois “a situação de quem se toca (e vai acabar primeiro) é sempre melhor”. Ou seja, pode-se perceber um processo de reavaliação nas uniões afetivas. O que prevalece não é a insistência pela existência da relação, mas sim a prioridade da vantagem de quem decide pelo término primeiro.

Posicionando-se dessa forma, é como se o outro do relacionamento não fosse mais do que simples “coisa” que, quando não se vê mais utilidade, uma função prática, pode ser descartada e substituída por um bem a ser adquirido, supostamente melhor, pelo menos naquele momento. Essa concepção, própria do

discurso pós-moderno, faz com que o conceito de “relações líquidas” ou “fluidas”, referidas por Bauman (2004) e citadas anteriormente neste trabalho, seja comprovado no corpus estudado. Então, efetuar uma “troca” de parceiros em um relacionamento afetivo não parece ser visto como algo ruim, pois

(...) tem o pior: é quando alguém deixa o outro para ficar só. Essa é a rejeição total e absoluta. Não se trata de ser substituída por uma talvez mais bonita, mais jovem ou mais sexy. Se alguém te abandona por nada, por ninguém, é o horror total. (LEÃO, 2005, p.83-84)

Notamos, então, que o tema do abandono em uma relação só é realmente visto como uma coisa negativa quando realizado sem que haja uma “troca”. E, ainda, percebemos que a opção de “ficar só” também é vista de modo negativo, situação em que, aí sim, poderia ser avaliada como uma rejeição. Enquanto que, no discurso desse enunciador, terminar um relacionamento com uma pessoa para ficar com outra é considerado prática constante e permitida – afinal, o sujeito deve buscar, no parceiro afetivo, a sua satisfação pessoal – o término de uma relação com o propósito de ficar sozinho é reprovável. Revela, assim, outro valor ideológico veiculado na sociedade, apontando para a exigência de que haja a relação com o outro e a reprovação da opção de não se envolver.

Diante da mobilização desse interdiscurso, o que importa é manter-se envolvido, sempre, com alguém; não importando a duração nem mesmo a intensidade da relação estabelecida. Observamos, ainda, no enunciado exposto acima, a evidência de que, nesta crônica, é projetada uma interlocutora feminina, enunciada em: “Não se trata de ser substituída por uma talvez mais bonita, mais jovem ou mais sexy”. Além de explicitar um diálogo com interlocutor feminino, por meio da utilização dos adjetivos no gênero feminino, deixa subentendido um

discurso machista, pois, neste caso, o “traidor” seria o homem, sendo que a mulher seria a “substituída” e, conseqüentemente, retoma-se o interdiscurso patriarcal da mulher como uma “vítima” do homem.

A mobilização deste tipo de discurso, em textos de ampla circulação, acaba por atingir, com densidade, a constituição identitária das mulheres em nossos dias. Ao reafirmar valores dessa natureza, acentua as práticas concebidas, neste trabalho, como pós-modernas. Para finalizar seu discurso, o enunciador faz referência ao fato de que é prática constante gostar de uma pessoa e este amor acabar quando se começa a gostar de outra e, aí, então, “começa tudo de novo” (LEÃO, 2005, p.84). Ou seja, envolver-se em um relacionamento e rompê-lo faz parte de um ciclo contínuo da vida, como se fosse baseado na sequência “amar/trair/substituir” infinitamente, concebendo-se a traição como uma prática naturalizada.

4.1.2 Refletindo com Luft

As crônicas de Lya Luft estudadas neste trabalho são “Machos e fêmeas” (Anexo B1) e “Homem, mulher ou pessoa?” (Anexo B2). Fazendo parte de uma coluna chamada “Ponto de Vista”, da revista semanal *Veja*, Luft projeta, na expressão de seu discurso, interlocutores de ambos os gêneros sexuais e, assim, demonstra esforçar-se para conseguir que suas opiniões sejam amplamente aceitas por todos os leitores. Para isso, utiliza-se de modalizações enunciativas que relativizam seu modo de pensar, além de buscar argumentos de autoridade para legitimar o que pensa. Insiste na relação igualitária entre homens e mulheres, justificando que, antes de ser um ou outro, são todos seres humanos. Dotada de

uma visão de mundo calcada nos preceitos éticos e sociais prevalentes na formação discursiva religiosa, transmite um discurso de incentivo à convivência pacífica para o bem dos relacionamentos em geral.

Em “Machos e fêmeas” (Anexo B1), datada de março de 2005, Luft revela comprometimento político-social com a questão dos gêneros e adota uma forma de linguagem predominantemente denotativa. Nesta crônica, especificamente, aproveita-se de um acontecimento sócio-histórico para emitir sua opinião: o dia internacional da mulher. Utilizando-se desta data como pretexto para produzir seu discurso, o enunciador tece reflexões acerca das práticas discursivas referentes às questões de gênero. Devido à sua formação acadêmica, Luft produz um discurso caracterizado pelos vieses literário e científico. A escolha lexical e o modo como os períodos frasais são construídos demonstram domínio de rico vocabulário e da língua culta. Além disso, sua estratégia argumentativa, segundo o arranjo de componentes do interdiscurso, estabelece um diálogo com os valores da primitiva memória ancestral, quando a mulher, convertida em servidora do homem, era considerada um simples instrumento de procriação e de satisfação do instinto masculino:

O conflito é existencial e atávico. Vem das cavernas, quando o macho precisava depositar sua semente no maior número possível de fêmeas jovens e saudáveis, e a fêmea devia tratar bem o seu grandalhão para que ele executasse a contento suas tarefas em favor da espécie. Além disso, a dama peluda precisava cuidar das crias na caverna... pela mesma razão. (LUFT, 2005, p.20)

Ao observarmos o léxico que faz parte do campo semântico da era pré-histórica, notamos que unidades como “caverna”, “machos”, “fêmeas” e “crias” mobilizam sentidos que reforçam a condição da mulher como propriedade do

homem e sua conseqüente função de reprodutora biológica da espécie. Assim, deixando pressupostas as transformações resultantes de acontecimentos históricos, o enunciador traça um caminho discursivo que rompe com um passado de predominante submissão feminina para chegar à situação atual da mulher, de luta pela conquista da independência e liberdade. Com o uso do verbo ser, no início do excerto, no tempo presente, há o reconhecimento de que o conflito entre os gêneros persiste, até mesmo em virtude de sua característica existencial, ou seja, pela prática questionadora própria do ser humano, o qual procura explicações a todo o momento a respeito de sua identidade e sua função na sociedade.

Reconhece, ainda, que a relação entre os gêneros, em tempos remotos, era natural, afirmando não acreditar que houvesse preconceitos nem discussões a respeito de papéis e funções femininas ou masculinas. Além disso, revela certa desconfiança em relação aos movimentos não tão antigos de conscientização quanto à condição feminina:

Não creio que naqueles tempos meio toscos se pensasse a respeito de papéis e conflito de gêneros, nem que se cultivassem preconceitos, nem que houvesse todo um comércio de idéias voltado para uma política real ou farsista no interessantíssimo terreno do masculino/feminino, onde ninguém se entende, mas no qual para sempre se deseja e busca. (LUFT, 2005, p.20)

A seqüência discursiva “todo um comércio de idéias voltado para uma política real ou farsista no interessantíssimo terreno do masculino/feminino” posiciona-se criticamente frente às ideologias mercadológicas que se aproveitam de um tema social para “aparentemente” lucrar. Por meio da utilização do verbo na primeira pessoa do singular (“creio”), há a revelação de certo conhecimento das relações entre os gêneros quando, ao final do excerto, afirma que “ninguém se entende, mas no qual para sempre se deseja e busca”. O pronome indefinido “ninguém” e o

advérbio de tempo “sempre”, pelas suas características de considerarem a totalidade, sem relativizar, transmitem segurança e conhecimento no discurso do enunciador. Assim, nesse caso, considera que todas as pessoas desejam e buscam um relacionamento com o sexo oposto, mas tal relação não é muito bem sucedida, pois afinal “ninguém se entende”. Daí a pergunta: então por que a procura pelo outro? E é por isso que, logo em seguida, explica:

Talvez a questão básica seja nosso (das mulheres) medo de solidão, na ilusão de que, com amante, namorado, marido, teremos resolvido o drama ontológico: o que somos, quanto valem, o que significa esta vida? (LUFT, 2005, p.20)

O envolvimento com o outro, visto sob a perspectiva discursiva de Luft, seria uma ilusão no sentido de que, com um acompanhante, seria possível reconhecer quem se é, como também o significado da vida. Revela, com isso, que a mulher vive à procura de sua identidade, questionando o seu ser e o seu estar no mundo. Essas sondagens existenciais evidenciam o empenho da mulher contemporânea em resolver o seu “drama ontológico”, resumido no medo de ficar só. E eis que a solução para seu problema encontrar-se-ia, “ilusoriamente”, na figura do “amante”, do “namorado” ou do “marido”.

Percebemos, diante do exposto, que, no discurso do enunciador, os relacionamentos afetivos seriam parte constitutiva do processo identitário, pois há a necessidade de se relacionar com o outro para que a integridade subjetiva se constitua “plenamente”. Sendo esta ideia, contudo, consequência de uma construção social, aquela marcada por um período estigmatizado por valores niilistas, ou seja, por falta de valores, referências e sentido para a vida. Imerso nesse contexto, o sujeito, ansiando por referências e respostas às suas constantes

indagações, buscaria, no envolvimento afetivo, fixar uma identidade e vínculo a valores coerentes.

No entanto, há uma relativização, ainda nesta passagem, a respeito do sujeito que busca nos relacionamentos afetivos a resolução de seus problemas existenciais, uma vez que, no discurso de Luft, somente a mulher é vítima do que ele nomeia como “drama ontológico”, explicitando essa ideia com o uso da expressão “talvez a questão básica seja nosso (das mulheres)”. Ao incluir a expressão “das mulheres”, utilizando-se do recurso gráfico dos parênteses, além de especificar de quem está falando, o enunciador destaca não estar se referindo ao “nosso” como do “ser humano” em geral, mas sim especificamente ao gênero feminino. Isso marca a concepção diferenciada dos gêneros: apesar de ambos, masculino e feminino, fazerem parte do mesmo contexto sócio-histórico, demonstra que os homens são “bem resolvidos”, enquanto que as mulheres “precisam” do outro, o homem, para se resolver.

O relacionamento afetivo, diante disso, seria um meio de a mulher se completar enquanto sujeito. Como produto de uma sociedade predominantemente patriarcal, à mulher ainda resta buscar na figura masculina a sua identificação. Dirigindo-se, mais uma vez, à mulher, o enunciador continua sua argumentação dando-lhe conselhos, na condição de participante desse gênero e, conseqüentemente, de seu porta-voz, de como conseguir se entender melhor com seu outro:

Antes de sermos dois, temos de viver a solidão essencial do ser humano com o que ela tem de bom porque nos deixa mais lúcidos. Se conseguirmos viver razoavelmente como um só, livres de protetores ou apêndices, sem ressentimento nem rancor ou queixa, entendendo essa condição fundamental nossa, então poderemos nos abrir para o outro. Sendo dois, viveremos em dois, porém em muitas coisas como um só. Sem romper privacidade e

mistério, sem esmagar ou acorrentar, sem cobrar ou esperar do outro a resolução de nossos problemas, numa vida dividida que pode ser muito mais rica, ainda que nos imponha tantas condições. (LUFT, 2005, p.20)

Assim, o enunciador fala na posição de pessoa responsável em estabelecer/preservar a boa relação nos vínculos afetivos. Expressa sua opinião utilizando-se da primeira pessoa do plural (nós), tendo como efeito de sentido assegurar proximidade com o interlocutor, uma vez que, como porta-voz, faz parte desse grupo. Dessa forma, seu modo de enunciar transmite mais veracidade e confiabilidade, pois é como se universalizasse suas prescrições e não restringisse o objeto do discurso somente ao mundo do interlocutor. Com um tom prescritivo, pretende agir sobre o enunciatário, fazendo-o identificar-se e incluir-se naquilo que está sendo dito. Diante disso, verifica-se que, apoiando-se na concepção de que todos “estamos no terreno da transição, no eterno processo de nos tornarmos mais humanos” (LUFT, 2005, p.20), predomina a busca pela igualdade entre os gêneros. Mobiliza, no entanto, no decorrer de seu discurso, valores estigmatizados em relação à mulher, como, por exemplo, na visão de que os que pertencem a esse gênero, e somente eles, enfrentam conflitos existenciais, os quais, por sua vez, seriam refletidos na forma como são concebidos os relacionamentos afetivos que mantêm.

Na crônica “Homem, mulher ou pessoa?” (Anexo B2), publicada em setembro de 2006, o discurso do enunciador tece comentários a respeito das relações de gêneros e prioriza que, antes de ser homem ou mulher, devemos ser pessoas. Assim, novamente, reafirma o estabelecimento de uma relação de igualdade entre os sexos, que, por meio de alguns recursos argumentativos, acabam por comprovar sua explanação.

O discurso é iniciado como se estivesse contextualizando ao leitor sua insatisfação frente à realidade política do país e, então, no espaço de expressão, é introduzida uma conversa sobre o tema do “aparentemente cansado” masculino e feminino, e ainda apresenta uma justificativa “Quando desanimamos das questões públicas, as humanas continuam fascinantes” (LUFT, 2006, p.18). Ao escrever quinzenalmente para a coluna da revista semanal *Veja*, o enunciador utiliza seu espaço para opinar sobre os mais variados assuntos, desde política a questões comportamentais, uma vez que essa mídia impressa não é uma revista especializada em um determinado assunto, mas caracteriza-se pela divulgação de informações diversas a respeito do Brasil e do mundo. Trata-se, também, de uma característica do veículo coerente à sociedade pós-moderna, na qual o que predomina são muitas informações, em geral rápidas e sem aprofundamento. Então, o fato de iniciar seu texto fazendo referência às questões políticas corresponde à própria cenografia de produção de seu discurso, bem como à projeção que o enunciador faz do público leitor característico deste tipo de veículo.

Após justificar-se com aquele leitor que gostaria de encontrar, preferencialmente, em sua coluna, comentários acerca das questões públicas, o enunciador faz referência às questões de gênero. Antes, ainda, de discutir, realmente, a problemática do masculino e feminino, revela sua insatisfação ao fato de que seu nome é, constantemente, associado à literatura dirigida a “mulheres maduras”, o que admite ser uma “grande tolice”. E, a partir de então, é estabelecida uma relação com o interdiscurso patriarcal, ao questionar se

Mulher produz trabalhos mais amenos e doces, homem segue caminhos mais vigorosos e objetivos? Se ainda pensamos assim, está na hora de mudar, correndo, correndo. (LUFT, 2006, p.18)

Há, no enunciado acima, uma negação das generalizações estigmatizadas prevalentes a respeito do trabalho feminino em oposição ao masculino. Tais diferenças, no entanto, são herdadas de uma sociedade resultante dos valores do patriarcalismo, segundo a qual concebe o homem, na maioria das vezes, enquanto o “ser forte” e a mulher, o “ser fraco” para qualquer atividade. O discurso do enunciador, portanto, posiciona-se contrário a este tipo de pré-construído, explicitando que o homem esteve dominante ao longo da história, mas que, atualmente, não deve mais continuar. A referência ao passado é confirmada com o uso do advérbio “ainda”, pois pressupõe que um dia foi assim e que, também, há a possibilidade de, atualmente, esse tipo de pensamento persistir. Após reconhecer, então, que há uma concepção herdada historicamente, enfatiza a necessidade de mudá-la.

Antes de chegar ao assunto da relação dos gêneros nos relacionamentos afetivos, mobiliza o interdiscurso da história de luta das mulheres para melhorias de suas condições enquanto sujeitos. O modo pelo qual o esse assunto é conduzido reafirma que tudo está interligado e que, na medida em que muda o comportamento de um gênero, o outro, conseqüentemente, também sofrerá as mudanças. Por isso, mais uma vez, defende a humanidade de modo geral, e não considera os gêneros como sendo independentes:

“As mudanças não se efetuam sobre o gênero feminino da raça humana, mas – inevitavelmente – sobre os dois.” (LUFT, 2006, p.18)

Logo em seguida a esse enunciado, expõe certa aversão à mulher idealizada:

Somos assolados pela propaganda dessa figura assustadora: um Monte Everest de perfeições, linda e competente, sensual e

grande profissional, independente mas disponível, romântica mas vigilante, devotada, abnegada, vitimal.... (LUFT, 2006, p.18)

Assim, retrata várias imagens criadas para descrever a mulher atualmente, chegando a ser “assustador”, revelando, por meio desse adjetivo, a posição contrária do enunciador frente a esta concepção idealizada de mulher.

Por meio de diversas caracterizações, notamos a grande diversidade de referências e/ou, na verdade, a falta de referências da mulher contemporânea, produto da sociedade pós-moderna. Como ser? Como agir? A sequência de adjetivos ligada à ideia de perfeição feminina revela que a exaltação à beleza, à sensualidade e ao profissionalismo são características que garantem a afirmação da mulher enquanto sujeito no seu meio social. Além disso, a sequência de oposições nos enunciados “independente mas disponível” e “romântica mas vigilante”, por meio do operador argumentativo “mas”, que indica prioritariamente a ideia de contrariedade, acaba por estabelecer as relações independência *versus* disponibilidade e romantismo *versus* vigilância, trazendo à tona o interdiscurso referente às práticas sociais e revelando que tais atitudes, para a sociedade e segundo o discurso do enunciador, são consideradas antagônicas: se é independente não poderia ser disponível e se é romântica não poderia ser vigilante. A sociedade pós-moderna, ao perpetuar imagens como essas as quais a mídia (re)produz em seu discurso, acaba por acentuar a chamada “crise de identidades” e, por consequência, a “desreferencialização” da mulher. O que se tem, então, nesse enunciado do discurso de Luft, é uma reprovação aos valores interdiscursivos da idealização feminina, ou, nas palavras do enunciador, da “mulher-maravilha”:

Quanto às mulheres, tudo, menos ambicionar ser a mulher-maravilha: ela é inevitavelmente uma chata (LUFT, 2006, p.18)

O enunciado acima, por meio da expressão “mulher-maravilha”, dialoga com a personagem das histórias em quadrinhos e, assim, fazendo referência à heroína fictícia, demonstra ser essa a ambição de algumas mulheres: a busca pelo poder e reconhecimento social; o que, no discurso do enunciador, seria um comportamento reprovável. Diante da mobilização de tais discursos, como da idealização da mulher e de suas ambições na sociedade atual, o fazer enunciativo de Luft é marcado por revelações de seus posicionamentos enquanto sujeito dessa mesma sociedade. Portanto, como parte desse meio, coloca-se como alguém que constata os fatos e preocupa-se com eles. É por meio dessa posição que busca a legitimidade e aceitação de seu discurso. Daí seu tom discursivo tender para a prescrição de atos, com seus enunciados buscando agir sobre o enunciatário após conquistar a confiança dele.

Do mesmo modo, serve-se da formação discursiva religiosa ao se submeter à ideia de que os seres humanos são “todos iguais”, independente de ser homem ou mulher. É com esse enunciado pronto que revela sua adesão aos valores religiosos, mas também, ao mesmo tempo, no seu fazer discursivo, é como se denunciasse a contradição inerente à formação discursiva religiosa, a qual, na essência, se serve dos valores do patriarcado em seu modo de agir e organizar-se socialmente. Já nas passagens bíblicas, são vários os exemplos em que a mulher é submetida ao homem, a começar com o mito criador de Adão e Eva e, em seguida, com a expulsão dela do paraíso, atribuindo à figura feminina o pecado da existência. Por isso, a ideia de “fragilidade” da mulher, devendo ser protegida e vigiada para que não cometa erros.

Como resultado disso, a doutrina é imposta de forma a legitimar a subserviência das mulheres. Retratando, também, a relação assimétrica entre os

gêneros na formação discursiva religiosa, está o poder unilateral androcêntrico, ou seja, o mediador com o sagrado (sacerdócio) é exclusivamente representado pela figura masculina, não sendo a mulher, na maioria das religiões, dotada de capacidade para tal.

No discurso de Luft, então, é perceptível a adesão a valores antagônicos do que prega a religião ao fazer um paralelo entre os comportamentos referentes ao homem e à mulher e ao estabelecer alternâncias para que “nem um nem outro” sinta-se de determinada forma, como, por exemplo, “objeto ou possuidor”; “melhor ou pior” e “mandante ou servo”. Mobiliza, então, o interdiscurso do patriarcado, com valores machistas, bem como do feminismo. Do primeiro porque concebe o homem como aquele que tem a posse da mulher, enquanto ela seria somente seu objeto, além disso, projeta o ser masculino como superior ao feminino e, como consequência de tudo isso, em um relacionamento afetivo, o homem seria o “mandante” e à mulher restaria apenas a servidão. Ao mesmo tempo em que mobiliza esses valores machistas, resgata, também, os preceitos do feminismo, ao passo que um vai de encontro ao outro, ou seja, o que o machismo afirma, o feminismo nega. Há uma continuação da concepção patriarcal de mulher e homem, por meio da referência a ela como sendo vítima e a ele como o provedor, conforme se observa abaixo:

A discussão homem/mulher é válida para que nem um nem outro se sinta objeto ou possuidor, melhor ou pior, mandante ou servo. Nem haja desculpas para lamentação e vitimização do tipo "ah, eu te dei a minha juventude, eu me sacrifiquei", da parte das mulheres; nem o velho "eu não te deixo faltar nada, ora bolas!", da parte dos homens, mas a gente cresça em companheirismo, respeito e afeto. (LUFT, 2006, p.18)

Submetendo-se ainda à formação discursiva cristã, são citadas as práticas de companheirismo, respeito e afeto, resultantes de um processo de sujeição à própria formação discursiva do enunciador. A partir do momento em que traz para seu discurso, sob a perspectiva analisada acima, a temática da diferença entre os gêneros, tanto dentro de um relacionamento afetivo como nas relações sociais de modo geral, percebemos que enunciador e enunciados são efeitos resultantes de vinculações a determinadas formações discursivas e ideológicas, as quais são reveladas ao longo do discurso. Desse modo, na crônica “Homem, mulher ou pessoa?” nota-se a presença de um enunciador preocupado com as relações entre os gêneros, revelando sua submissão à formação discursiva religiosa sob a argumentação de que “todos os seres humanos são iguais”, mas que, também, reafirma a contradição existente dentro da própria formação discursiva religiosa, a qual prega a “igualdade entre todos”, mas que, em sua essência, é adepta aos valores do patriarcado, concebendo, de modo assimétrico, homens e mulheres. O que predomina no discurso, então, é a luta em busca do companheirismo e respeito entre os gêneros a partir do (re)conhecimento da existência de relações pautadas em ideologias predominantemente patriarcais que, muitas vezes, são contraditórias aos valores da sociedade pós-moderna.

4.1.3 Medeiros: a busca pela libertação

As crônicas de Martha Medeiros a serem analisadas neste trabalho são “Amor e sexo no novo século” (Anexo C1) e “Leasing do amor” (Anexo C2). Em seu modo de expressão, há a recorrência a valores pós-modernos no sentido de que explicita a banalização dos sentimentos; o discurso traz indicativos de ser favorável às

inconstantes relações afetivas, à satisfação do prazer imediato do “eu” e à consequente liberdade sexual. Passamos, então, a tratar sobre a maneira como esses posicionamentos se explicitam nos textos.

A crônica “Amor e sexo no novo século” (Anexo C1) aponta para a expectativa do enunciador quanto ao futuro em correspondência com a própria cenografia de seu discurso: escrito no dia 31 de dezembro do ano de 2000, último dia do ano, daí as referências a esperanças para o futuro próximo, quando, inclusive, além de novo ano havia a expectativa de um novo século. Da mesma forma que Leão, Medeiros baseia-se no pensamento do senso comum e em opiniões generalizantes para expor seus planos para o futuro:

Todos concordam que a paixão é um sentimento que dura um tempo determinado, que ter filhos é uma necessidade mais pessoal do que uma necessidade do casal e que o sexo não é tão importante quanto o amor. A gente sabe que isso tudo é verdadeiro, mas são poucos aqueles que conseguem viver em sintonia com o que pensam. (MEDEIROS, 2001, p.170)

Com o emprego do pronome indefinido “todos”, logo no início do enunciado, o discurso do enunciador demonstra que sua opinião é consensual e, certamente, verdadeira e inquestionável, pois “todos” concordam com ela. E, depois, com o uso do “a gente”, reitera esse sentido conferindo informalidade à linguagem, além de incluir-se a si próprio e ao enunciatário, ambos compartilhando da mesma opinião e de um mesmo grupo. Assim, deixa transparecer a imagem que faz de seu interlocutor como sendo alguém que possui ideias similares às suas e se coloca em posição de porta-voz dessas pessoas que representa. Desmistifica o interdiscurso do amor eterno e da família idealizada e, com isso, resgata e questiona os valores religiosos. Isso é confirmado no último período do enunciado acima, em que as pessoas são referidas como tendo consciência da veracidade dos fatos, mas nem

sempre são coerentes com o que pensam em virtude de estarem atreladas a valores da formação discursiva dominante em seu meio social.

Outro recurso enunciativo marcante no modo de expressão do enunciador Medeiros é a utilização de asserções curtas, objetivas e enfáticas, como forma de reafirmar a imagem de relações passageiras ou, na metáfora de Bauman (2004), conforme já citada no início deste capítulo, fazendo prevalecer, em seu discurso, a exaltação às relações líquidas em detrimento às relações estáveis, instituídas culturalmente:

Adeus às ortodoxias das relações. A desordem é transformadora e criativa. (MEDEIROS, 2001, p.269)

Relações nascidas para serem curtas. Paixões sendo transformadas em amizades sexuais, parceria de vida. (MEDEIROS, 2001, p.170)

A recorrência de frases como essas confere um tom persuasivo ao discurso de Medeiros, uma vez que induz o leitor a crer que essa visão inovadora é coerente com as exigências da sociedade em que vive. Como representante da voz feminina, o enunciador privilegia esse lugar enunciativo para influenciar nas (re)configurações dos papéis sociais da mulher, quando inserida em um relacionamento afetivo. Assim, produz um contradiscurso em seu modo de expressão, pois tenta opor-se ao discurso dominante fragilizado, associado ao casamento visto como uma relação para durar a vida toda ao lado de um único parceiro afetivo e a consequente felicidade de um relacionamento eterno.

Ao mesmo tempo em que é um contradiscurso, pois vai de encontro aos valores dominantes, é um discurso relativamente coerente com o que foi chamado, neste trabalho, de sociedade pós-moderna. Bauman (2004) ressalta que é neste período “líquido” que as relações de convívio ganham nova roupagem. Analisando

os comportamentos humanos, o referido teórico diz ser comum a prática de abandono ao modelo tradicional de casamento em troca de experiências novas e instigantes, sendo que os sujeitos acabam por ser seduzidos por propostas de amores descontraídos e aventureiros. Ou seja, as “relações nascidas para serem curtas”, conforme o discurso do enunciador Medeiros assevera, seriam parte de uma nova prática nas relações afetivas, as quais valorizam a sucessão de encontros episódicos e de prazer como uma possível forma de emancipação humana.

Defendendo esse ponto de vista, o discurso de Medeiros revela estar atrelado à formação discursiva pós-moderna, instituindo uma visão de ruptura com os valores consagrados e, por mais contraditório que pareça, muitas vezes dominantes na sociedade atual.

Na crônica “Leasing de amor” (Anexo C2), de setembro de 2001, a temática central gira em torno de uma prática social instituída culturalmente, o casamento. Com o fim de propor uma nova concepção a essa prática, o discurso é apresentado predominantemente na primeira pessoa do plural, sendo esta uma forma de o enunciador incluir-se no discurso, como também incluir o enunciatário, fazendo com que o discurso não se restrinja a uma pessoa em particular, mas sim a todas em geral. Revela, assim, a presença da figura enunciativa do porta-voz.

Logo pelo título, já é possível perceber uma ideia que será confirmada ao longo da crônica. Apropriando-se de um jargão do campo semântico das ciências econômicas, o termo “leasing” traz consigo sua significação: é definido como um contrato que, de um lado há a “locadora” e, de outro, o “cliente”. À locadora cabe alugar ao cliente, por um prazo determinado, um bem que ele próprio escolheu. Ao fim do contrato, o cliente pode optar pela renovação do mesmo, pela devolução do bem ou, ainda, pela sua compra. Na crônica de Medeiros, o termo “leasing”, apesar

de utilizado em outro contexto, não tem seu significado muito diferente daquele do campo mercantil. Daí a nova concepção do casamento revelada pelo discurso do enunciador.

O discurso é iniciado questionando o porquê de, mesmo diante de tantos avanços da ciência e da tecnologia, o “casamento” não evoluir. Assim, nesse momento, há a mobilização do interdiscurso do casamento segundo uma formação discursiva que se posiciona contrária a ele. Partindo dessa sequência discursiva, percebemos uma demonstração, por parte dos enunciados cronísticos, de que o casamento, assim como é concebido, é uma prática ultrapassada que ficou estagnada no tempo.

Já no enunciado seguinte, o interdiscurso religioso aparece como uma definição para a referida prática social e, ainda, como uma justificativa para a sua persistência na sociedade pós-moderna:

Sendo o matrimônio um sacramento, desconsidera-se qualquer ajuste, e assim continuamos a ver homens e mulheres presos, literalmente, num acordo que nem sempre corresponde às expectativas do casal. (MEDEIROS, 2001, p.251)

Dessa forma, o discurso do enunciador revela sua aversão em relação à inflexibilidade do discurso religioso para com o casamento, ao afirmar a falta de “ajustes” e, em contrapartida, demonstra a influência que o mesmo exerce sobre as pessoas, ao passo em que é capaz de mantê-las “presas” num acordo matrimonial. O interdiscurso religioso é revelado, no enunciado acima, concebendo o casamento como um ritual sagrado, segundo a ideologia cristã que se baseia na ideia “o que Deus uniu, não o separe o ser humano”. O enunciador, então, serve-se da formação discursiva religiosa para questionar sua adequação à sociedade pós-moderna. Para

isso, continua seu discurso mobilizando a ideia do divórcio como meio de resolução para o problema citado anteriormente, encarando-o como uma prática capaz de “encerrar um contrato e iniciar outro” (MEDEIROS, 2001, p.251). Assim concebido, há a apropriação do interdiscurso dos valores pós-modernos, quando o casamento seria um produto resultante dos valores exaltados por uma sociedade que anseia a satisfação pessoal do eu como também o relacionamento destituído de compromisso. Ainda sob essa perspectiva, há a negação do interdiscurso patriarcal, que concebia o casamento enquanto um compromisso indissolúvel:

A idéia é riscar o “para sempre” do dicionário do amor.
(MEDEIROS, 2001, p.251)

No fundo, a gente sabe que o “pra sempre” fica longe demais da realidade, mas ainda nos apegamos a esta ilusão de infinitude.
(MEDEIROS, 2001, p.251)

Nesses enunciados, observamos um posicionamento negativo em relação ao interdiscurso religioso do “unidos até que a morte os separe”, como também em relação ao interdiscurso do patriarcado, cujos valores de ambos ainda resistem na sociedade atual e, em algumas esferas sociais, ainda são dominantes. Utilizando do enunciado “a gente sabe”, o discurso aproxima-se do enunciatário, fazendo com que sua constatação da realidade seja compartilhada com visão do interlocutor, atestando o que está sendo enunciado e legitimando sua fala. Assim, mais uma vez, é produzido um contradiscurso ao discurso dominante e há a submissão à formação discursiva pós-moderna, para a qual

O compromisso com outra pessoa ou com outras pessoas, em particular o compromisso incondicional e certamente aquele do tipo “até que a morte os separe”, na alegria e na tristeza, na riqueza ou na pobreza, parece cada vez mais uma armadilha que se deve evitar a todo custo. (BAUMAN, 2004, p.111)

É como resultado dessa formação discursiva, então, que o enunciador traz para seu discurso uma nova proposta de relacionamentos afetivos, o que ele chama de “namoros em leasing”. Nesse sentido, o “leasing”, assim como seu significado no campo mercantil, assume sua natureza contratual, no entanto, não com prazo de validade estipulado, mas a ideia é propiciar uma “mudança de mentalidade”. Ao introduzir a proposta desse tipo de relacionamento, o discurso do enunciador utiliza-se da heterogeneidade mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1998) “Já se fala sobre ‘namoros em leasing’” (MEDEIROS, 2001, p.251). A noção de heterogeneidade mostrada é entendida por Authier-Revuz (1998) como a presença do outro, a alteridade marcada no atravessamento do fio discursivo, sendo o outro designado no ato da enunciação e explicitado por marcas linguísticas. É isso que acontece no enunciado “Já se fala”, pois são mobilizadas outras vozes que se opõem à aparente linearidade do discurso. No entanto, não há uma identificação específica de quem são essas vozes, restando uma generalização do tipo “fala-se por aí”, como se fosse a “voz do povo”. Assim, o discurso adquire maior força persuasiva, uma vez que não se trata de uma constatação apenas do enunciador, mas sim de “todos”. Ao mesmo tempo em que há uma “indefinição”, como recurso expressivo garante maior eficácia ao discurso. Nesse momento, é importante reproduzir o direcionamento do discurso da figura enunciativa do porta-voz, já mencionado neste trabalho. Assim, o discurso de Medeiros seria a representação da voz de todas as mulheres, as quais ela representa, e, ao mesmo tempo, estaria sendo destinado a esse mesmo grupo das mulheres.

Dando continuidade à ideia de “namoros em leasing”, o enunciador dialoga com o interlocutor, utilizando-se do verbo no imperativo (olhe) e do pronome de

tratamento próprio da linguagem informal familiar (você), simulando uma conversa entre pessoas que se conhecem:

Olhe à sua volta: você conhece ao menos uma pessoa que está sofrendo por amor, talvez seja até você próprio. A dor-de-cotovelo não mata mas é uma epidemia mundial. Tudo isso porque a gente entra nas relações com fé demais e neurônios de menos. A idéia é entrar na relação sabendo onde fica a porta de saída, porque é por lá que a gente vai passar em breve. (MEDEIROS, 2001, p.252)

Como parte de um processo argumentativo resultante da submissão à formação discursiva pós-moderna, há o estabelecimento de um diálogo a fim de comprovar a necessidade de uma nova concepção de relacionamentos afetivos. Na interlocução anunciada, há a predominância do interdiscurso do senso-comum, baseado na noção do “sofrimento por amor”. Ao recorrer a uma ideia consensual, consegue, com mais facilidade, a aceitação do que está sendo enunciado, afinal, “sempre alguém vai conhecer alguém que está sofrendo por amor”. Em seguida, o discurso continua com um tom prescritivo, com o enunciador se incluindo nele e utilizando-se da linguagem figurada como forma de impor comportamentos ao enunciatário. Tais comportamentos impostos, por sua vez, servem-se, coerentemente à formação discursiva revelada ao longo do discurso, dos valores pós-modernos, ou seja, da instabilidade das relações afetivas e de sua condição “líquida” e “fluida” (BAUMAN, 2004). Outros enunciados no fio do discurso comprovam a exaltação dos valores pós-modernos em detrimento aos valores do patriarcado, os quais são revelados pela sequência discursiva:

É escrevermos novos contos de fada, com vários finais e vários recomeços. É aceitarmos dentro de nós que um casamento longa-metragem pode ser menos aborrecido se for transformado em dois ou três curtas. (MEDEIROS, 2001, p.252)

Diante do enunciado acima, assim como em todo o discurso, percebemos a preocupação exagerada em satisfazer o “eu” nos relacionamentos afetivos, não importando a duração de cada um. A proposta do “leasing” de amor, então, aparece como uma necessidade de romper definitivamente com os valores patriarcais e aceitar outros que contribuam para a “satisfação” do indivíduo. O discurso do enunciador, dessa forma, revela sua adesão aos valores pós-modernos, submetendo-se a esses valores como imposição do próprio contexto sócio-histórico do qual faz parte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma pesquisa cujo objetivo geral é estudar os valores ideológicos veiculados pela grande imprensa a respeito dos relacionamentos afetivos entre casais, percebemos que há um vínculo muito forte entre a materialidade linguística e os valores ideológicos presentes nas formações discursivas prevalentes em cada contexto sócio-histórico, conforme as condições de produção. Isso acontece, principalmente, porque tanto enunciado quanto enunciador são submetidos às formações ideológicas do processo de produção discursiva. Portanto, o próprio fato de trazer para seu discurso a temática dos relacionamentos afetivos, sob a forma de enunciados prontos e as conseqüentes mobilizações interdiscursivas, o enunciador acaba por revelar sua adesão (e/ou distanciamento) a determinadas formações discursivas.

Deste modo, o que aparentemente seria um comentário sobre acontecimentos cotidianos, como em geral é definido o gênero textual crônica, acaba por se tornar meio para a propagação de certas ideologias pela adoção de determinadas práticas discursivas. Tendo como suporte veículos de ampla circulação nacional, como revista e jornal, os discursos midiáticos, estudados nesse trabalho, atuam fortemente na imposição de valores, os quais, muitas vezes, passam despercebidos pelo público-leitor, mas que o leva a aceitá-los e reproduzi-los de forma natural e inconsciente. Neste momento, então, vale ressaltar a importância de se adotar, nas leituras, uma prática questionadora capaz de tornar mais perceptíveis as várias interpelações sofridas pelo sujeito nos processos de interação pela linguagem.

Mais que isso, é necessário que utilizemos os pressupostos básicos da teoria da Análise do Discurso de linha francesa como dispositivo auxiliar de leitura, o que significa que devemos, diante de um texto, perguntar por aquilo que não está dito, olhar para fora, estabelecer relações de sentido produzidas na textualização para que, então, possamos perceber as múltiplas coerções a que o funcionamento discursivo está submetido e, por isso mesmo, o sujeito responsável por ele é, sempre e inevitavelmente, interpelado ideologicamente pelo uso da palavra.

Procuramos confirmar essa interpelação ideológica do sujeito pelas análises desenvolvidas neste trabalho, nas quais apontamos as (re)configurações que afetam o discurso frente a variadas formações discursivas e ideológicas. Disso podemos concluir que a forma como os relacionamentos afetivos são concebidos pelos enunciadores, por meio dos procedimentos enunciativos e das relações interdiscursivas recorrentes em cada um dos textos estudados, muitas vezes, é mera (re)produção de valores delimitados tanto pelas formações discursivas de cada sujeito enunciator, quanto pelas condições de produção específicas a que estão submetidos.

Ao observarmos as regularidades que percorrem os discursos dos enunciadores Leão, Luft e Medeiros, percebemos os valores ideológicos prevalentes na forma pela qual retratam e representam a mulher contemporânea quando envolvida afetivamente na relação com o sexo oposto. No entanto, vale ressaltar que essas regularidades não devem ser entendidas como homogeneidades, uma vez que apontam para diferentes discursos no interior do mesmo. Portanto, não é possível entendermos tais regularidades como responsáveis pela manutenção de um mesmo discurso, de que resultasse um mesmo discurso da/sobre a mulher. Por meio das análises, procuramos demonstrar as diferenças existentes nessas

discursivizações e que, apesar de representarem um mesmo grupo, inexistem um discurso único.

Enquanto produto de um tempo e lugar específicos, o discurso dos sujeitos cronísticos mostra o modo como estes relacionam-se com os valores dominantes das formações discursivas que os afetam. Daí a subjetivação da voz feminina. Por possuírem referências diferentes e relações imaginárias igualmente diversas, como consequência, o discurso não poderia ser o mesmo em relação ao universo feminino.

O que notamos, porém, como recorrente no discurso dos três sujeitos refere-se à posição assumida discursivamente: simulam apropriar-se da voz das mulheres e, então, proclamam-se seus intérpretes. A diferença, contudo, reside no fato de que, cada qual submetido à sua formação discursiva e ideológica acaba por apropriar-se de um modo específico da voz feminina, conforme demonstramos a seguir:

a) A prática conselheira de Leão: preso ao discurso do senso comum, segue os clichês socialmente consolidados. Embora faça questionamentos, nem sempre são suficientes para romper com os padrões vigentes referentes à prática social do relacionamento afetivo entre homem e mulher. Assim, submetendo-se às imposições do gênero discursivo cronístico, é comum, no discurso de Leão, a utilização de uma linguagem próxima da oralidade, inclusive com marcadores conversacionais que sugerem a alternância dos turnos de fala a fim de simular um diálogo entre pessoas conhecidas, proporcionado, também, pela grande circulação de seus textos nos meios de comunicação. Como consequência, além de garantir a interação, o sujeito enunciador posiciona-se como representante do grupo feminino para o qual enuncia, colocando-se como um porta-voz dele. O diálogo, então, é favorecido, pois é como

se Leão, pessoa autorizada, tivesse a obrigação de transmitir a seus interlocutores as constatações que faz da realidade. Preocupado, então, com o “seu” grupo, tece conselhos de como agir frente a variadas situações referentes a envolvimento afetivos entre casais.

Diante da prática conselheira, o discurso de Leão revela disposição para romper com o que é imposto pela ideologia de uma sociedade predominantemente reprodutora dos valores patriarcais. Assim, no desenrolar de seu discurso, ora reafirma a dominância desses valores há tanto tempo consolidados na memória coletiva, ora se opõe a eles. Deste modo, a mulher, como um sujeito disperso, seria aquela que, em alguns momentos, por mais que indague ou contrarie, acaba (re)produzindo os valores dominantes da sociedade em que vive, representada pelas ideias do senso comum. Já em outros momentos, se libera, constituindo, ilusoriamente, identidades novas. Algumas destas, então, próprias das relações líquidas da pós-modernidade, outras, modelares apregoados pela ideologia dominante;

b) Refletindo com Luft: submetendo-se às formações discursivas literárias e científicas, o discurso do enunciador Luft apresenta um tom reflexivo acerca das práticas discursivas referentes às questões de gêneros sexuais. Em vista disso, busca, no discurso científico, embasamento para seu posicionamento enunciativo. Partindo de reflexões de cunho filosófico, revela uma perspectiva existencialista ao conceber os relacionamentos afetivos como parte constitutiva do processo identitário feminino. Ao restringir a constante busca pela identidade como essencial ao grupo feminino, revela a falta de identidade/referência atribuída a este gênero sexual. Utilizando-se do recurso de enunciar na terceira pessoa do plural, coloca-se na posição de pessoa responsável em estabelecer/preservar a boa relação nos

vínculos afetivos. Ao incluir-se no discurso, além de assegurar maior proximidade do interlocutor, assim como Leão, posiciona-se como representante e porta-voz do grupo feminino. No entanto, diferentemente de Leão que dirige seu discurso prioritariamente às mulheres, o discurso de Luft aponta para interlocutores de ambos os sexos, tendo como objetivo posicionar-se igualitariamente em relação a eles.

Seguindo este objetivo, submete-se, ainda, à formação discursiva cristã, solicitando as práticas de companheirismo, respeito e afeto como requisitos para que as relações afetivas sejam bem-sucedidas. Contudo, ao conduzir sua argumentação segundo o enunciado pronto de que “todos os seres humanos são iguais”, mobiliza a contradição inerente a este pré-construído, uma vez que há uma relação assimétrica entre os gêneros sexuais na formação discursiva cristã. Trazendo, sob essa perspectiva, o discurso religioso para seu fazer enunciativo, Luft coloca-se na posição de pessoa que prega a busca pelo companheirismo e respeito entre os gêneros, embora, ao mesmo tempo, revele submissão a valores do patriarcalismo. Assim, como mediadora das mulheres, de modo inconsciente, (re)afirma a supremacia social do sexo oposto e a instabilidade da identidade feminina;

c) Medeiros e a busca de libertação: rebatendo os valores ideológicos que a sociedade mantém sobre as práticas sociais dos relacionamentos afetivos, o discurso de Medeiros estabelece um conflito entre a voz dominante na sociedade e a voz das mulheres as quais representa. Desse modo, o discurso de Medeiros representa um contradiscurso em relação ao discurso dominante. Assim como Leão e Luft, também se posiciona como um porta-voz do grupo, no entanto, traz à tona discursos que vão de encontro aos valores dominantes no meio social, mas, ao mesmo tempo, coerentes com a sociedade pós-moderna (BAUMAN, 2004),

conforme já mencionado ao longo do trabalho. Disso resultam, em seu discurso, o efeito de banalização dos sentimentos amorosos, uma inconstância no tratamento das relações afetivas e a satisfação do prazer imediato como formas de reger o comportamento das mulheres com as quais procura dialogar. Retrata, com essa ênfase em uma almejada liberdade sexual, a mulher independente, que pensa somente em si, exigindo uma nova configuração das práticas sociais consagradas referentes aos relacionamentos afetivos. O discurso do enunciador Medeiros, dessa forma, revela adesão aos valores pós-modernos, submetendo-se a esses valores como resultado de imposições do próprio grupo o qual representa, marcado sócio-historicamente pelas imposições de uma sociedade inovadora.

Estabelecendo uma comparação entre as três vozes analisadas, é importante ressaltarmos as diferenças de visões de mundo, embora sejam semelhantes em alguns aspectos, são nitidamente contraditórias em outros. Os enunciadores Leão e Medeiros parecem estar atrelados a uma mesma formação ideológica, a do liberalismo moral, por meio da qual a mulher, retratada como aquela que tendo conquistado sua autonomia, é agora segura de si e detém o controle de seus próprios atos, independentemente do sexo masculino. Além disso, posicionam-se contrariamente aos modelos dominantes, no meio social, da família e do amor idealizado, e propõem uma nova prática social para a concretização das necessidades afetivas. No entanto, os valores ideológicos veiculados nos discursos de Leão e Medeiros não são idênticos: enquanto o primeiro apoia-se nos valores do senso comum para representar a mulher da qual é porta-voz, Medeiros adere aos valores que caracterizam a pós-modernidade, primando pelas relações afetivas curtas e fluidas em oposição às duradouras e sólidas. Já Luft, ao trabalhar o movimento identitário da mulher pautado numa angústia e na formação discursiva

cristã, enuncia os valores ideológicos do existencialismo, ou seja, apóia em questionamentos ontológicos a procura pela essência feminina, revelando, com maior ênfase, que a desagregação do tradicional exige nova identidade na interação com o outro.

Inseridos em condições sócio-históricas que legitimam seus discursos e recebendo da sociedade o *status* de pessoas autorizadas a representarem o grupo feminino, os discursos dos sujeitos Leão, Luft e Medeiros constituem um conjunto de saberes bastante novos sobre a condição da mulher contemporânea. Assim, por meio da função enunciativa do porta-voz, posição assumida pelos sujeitos cronísticos nos discursos que compõem nosso corpus de análise, os discursos dos três representantes da voz feminina exercem, simultaneamente, três funções específicas, ao passo em que são capazes de definir: 1) quem é essa mulher contemporânea; 2) quem ela diz ser, e 3) quem a mídia impressa diz que ela é.

Como resultado, nosso trabalho dissertativo observou a existência de variados discursos femininos e, em comum a todos eles, a referência a sujeitos mulheres com individualidades semelhantes, buscando uma unicidade e completude, contudo, considerando também as individualidades mutáveis, instáveis, fragmentadas e contraditórias enquanto discursos submetidos aos múltiplos dizeres que afetam as formações discursivas e ideológicas.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. de Pfeiffer, C.R. e outros. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermanita Galvão. 3ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BENDER, Flora e LAURITO, Ilka. *Crônica - história, teoria e prática*. Coleção Margens do Texto. São Paulo: Scipione, 1993
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.
- BRAIT, Beth. O discurso sob o olhar de Bakhtin. In: GREGOLIN, Maria R. & BARONAS, Roberto. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2007.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa feminina*. 2ed. São Paulo: Ática, 1990.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés do chão. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Unicamp: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. Linguagem, língua, fala e discurso. In: _____. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução: Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARADEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2006.
- COELHO, Nelly Novaes. *A literatura feminina no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Siciliano, 1993.
- COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio (dir.) & COUTINHO, Eduardo de Faria (co-dir.). *A literatura no Brasil*. V.6. 3ªed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: EDUFF, 1986.

FAÏTA, Daniel. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

_____. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; CRUVINEL, Maria de Fátima; KHALIL, Marisa Gama. (orgs.) *Análise do Discurso: entornos do sentido*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

GUARESCHI, Pedrinho. A. *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Rio de Janeiro: Cortez, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H.B. (org). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEÃO, Danuza. *As aparências enganam*. São Paulo: Publifolha, 2004.

LUFT, Lya. Machos e fêmeas. *Veja*, São Paulo, 1897, Ano38, nº12,mar.2005

_____. Homem, mulher ou pessoa? *Veja*. São Paulo, 1972, Ano39, nº35, set.2006

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MASSAUD MOISES. A crônica. In: _____. *A criação literária*. 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

MEDEIROS, Martha. *Coisas da vida*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

_____. *Non-stop: crônicas do cotidiano*. Porto Alegre: L&PM, 2001

MELO, José Marques de. A crônica. In: CASTRO, Gustavo de & GALEANO, Alex. *Jornalismo e Literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. V.2. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Unicamp: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P. & LAGAZZI-RODRIGUES, Suzzy. (orgs.) *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6ªed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Identidade Lingüística Escolar. In: SIGNORINI, I. (org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2ªed. Campinas: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Editora da Unicamp, 1997b.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. A propósito de uma análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997c.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: ORLANDI, E. P. & GERALDI, J. W. *O discurso e suas análises*. Caderno de Estudos Linguísticos. Unicamp: Campinas, v.19, p.7-24, 1990.

PORTELLA, Eduardo. A cidade e a letra. In: _____. *Dimensões I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (org.). *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 2005.

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. *Um homem chamado Maria*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 21ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: BONNICI, Thomas e ZOLIN, Lúcia Osana (orgs.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 2ed. Maringá: Eduem, 2005.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Unicamp, 1997.

ANEXOS

ANEXO A
Crônicas de Danuza Leão

ANEXO A1

Crônica “Você está viva?” – Danuza Leão (05/2002)

Quando uma mulher e um homem se vêem pela primeira vez, no mesmo instante se acende uma faísca; é a pulsão da vida.

Ela surge de uma imediata e inconsciente avaliação de parte a parte, que acontece o tempo todo; pode ser com o cunhado, o feirante, o padre, o marido da maior amiga, e independe de beleza, charme ou classe social.

Essa coisa não vai necessariamente se desenvolver em alguma outra coisa, mas quanto mais intimidade você tiver com você mesma – e com seus pensamentos – mais rapidamente vai perceber o que está acontecendo. Mas é raro: a maioria das pessoas não identifica o que sente, sobretudo porque essa avaliação passa por uma fina peneira de censuras mentais morais e sociais.

Ninguém está livre disso, desde que o outro seja do outro sexo – ou do sexo que lhe interessa. É difícil botar em palavras sensações, mas tudo parte de uma faísca que é positiva ou negativa; se é negativa, não se fala mais nisso. Se é positiva e você está só – portanto com tempo e coragem para brincar –, a fantasia pode ir longe. Se estiver tomando uma bebida, aí então ela é ilimitada.

Você já largou seu freio de mão mental e deixou sua imaginação correr frouxa? Vamos admitir: é difícil. E as convenções sociais, e os preconceitos, e o medo? Aprendemos que se peca até em pensamentos; com isso brecamos a maioria deles e depois não sabemos por que nossa cabeça é um nó. Mas se deixarmos eles correrem soltos será que as coisas ficam mais fáceis? Parece que sim.

No primeiro olhar se define se outro é ou não possível – se dá pé ou não. A sensação não precisa ser recíproca, mas, quando isso acontece, é imediatamente percebida pelos dois. Estabelece-se então uma energia que faz com que esse momento seja diferente de todos os outros. O olho brilha, o corpo fica tenso e você sente o prazer supremo, que é o de se saber viva.

Para uns isso nunca acontece, e não é uma questão de idade: existem jovens que não sabem nem nunca vão saber do que se trata, e por esses jamais alguém vai se interessar. Já outros na quinta idade, em seu leito de morte, se entrar uma enfermeira gostosa, imediatamente a corrente se estabelece. Atenção: essa eletricidade contagia, por isso tantos estão sempre cercados enquanto outros sofrem de um incurável desinteresse do sexo oposto. Pois é.

Alguns, mais corajosos, não só tem consciência a cada vez que isso acontece como se deixam levar; aí, correm o risco, que para a mulher é sempre maior. Um homem que segue seu impulso e arrasta com ele alguém de classe muito inferior é sempre perdoado – até porque eles sabem até onde devem ir e voltam logo para seu lugar de origem. Já mulher não pode; não dá para a madame ter um caso com o motorista de caminhão porque ninguém vai aceitar. Fora que elas têm a mania de se apaixonar, o que faz toda a diferença. Aliás, devem acontecer muito mais coisas na vida de nossos amigos mais íntimos do que podemos imaginar.

O tema é interessante; aliás, interessantíssimo. Fique atenta: já percebeu que vai sempre à mesma loja para ser atendida pelo mesmo vendedor e sempre ao mesmo restaurante para ser servida pelo mesmo garçom? Já pensou nisso?

Vale sempre a pena saber a quantas a gente anda; se ainda está viva ou se respira ligada nos aparelhos, que são a educação, a moral, a religião e os bons costumes. Sendo assim, por mais que sua mulher seja um poço de virtudes e apaixonada por você, nunca a deixe só com um homem, nem mesmo com o dentista.

Homem e mulher, quando se juntam, ninguém sabe o que pode acontecer.
Esse é o perigo – e a graça – da vida.

ANEXO A2

Crônica “Traições” – Danuza Leão (07/2002)

Você já traiu? Ninguém gosta de confessar, mas é claro que sim.

Nós todos já traímos, em pequena ou grande escala, e a traição é apenas a substituição de uma situação que já existe – seja ela de que ordem for – por outra que nos parece mais atraente. Ao fim e ao cabo, como dizem além-mar, a traição não é mais do que a esperança de viver melhor, e quem trai está pensando só em si mesmo – com mais ou menos culpa.

Quando você troca de cabeleireiro sem razão só porque ouviu dizer que surgiu um novo no pedaço, não deixa de ser uma traição. A prova é que, se você, andando na rua, vê o antigo vindo pela mesma calçada, disfarça e não cruza com ele para não ouvir o inevitável “você sumiu”. Uma traição boba, mas uma traição, que acontece o tempo todo com o médico, o dentista, o agente de viagem, o restaurante, os amigos; é sempre igual, e traidores somos todos.

A traição política é diferente: trata-se de conveniência, de interesse, uma questão de negócios, praticamente. Todos querem estar o mais perto possível do poder, pois, além do prestígio, há sempre a possibilidade de empregos para a família. Convenhamos: é preciso respeitar esse tipo de traição. Afinal, é do futuro dos filhos que se trata e, quando se fala de filhos, tudo pode ser perdoado, segundo alguns.

Mas existem as traições de amor, bem mais complicadas. O fundamento é sempre o mesmo: quem trai está à procura de mais bem-estar, mais prazer, mais felicidade. É lícito e acontece o tempo todo, mas é tão difícil abandonar quanto ser abandonado. O abandonado passa a duvidar de suas qualidades – e quem foi deixado acha que tem alguma? – e nem consegue saber qual a dor maior: viver sem a pessoa amada ou achar que nunca, jamais, vai ser amado de novo. É duro.

Nenhuma das duas coisas tem a ver com a realidade, mas nem tente falar de realidade com alguém que está sofrendo por amor e, já que estamos tratando do tema, uma das primeiras obrigações é perceber quando o amor começa a acabar. Nessa hora, apaixonar-se por outra pessoa pode acontecer com qualquer dos dois, só que a situação de quem se toca primeiro (e vai acabar primeiro) é sempre melhor. O outro, coitado, fica pensando.

É difícil deixar alguém, e há sempre um preço a pagar: se fosse possível ir embora sem precisar conversar, explicar, discutir a relação, tudo bem. Mas quem toma a decisão vai ter que passar pelo menos uma madrugada de cão, e o outro não costuma aliviar. Pensando bem, não deixa de ser uma certa vingança – absolutamente normal –, do tipo “você pode ir, mas vai ter que me rejeitar com todas as palavras e saber que me deixou sofrendo”. É raro saber de alguém que, ao ser abandonado, tenha dito, ao primeiro sinal: “Vai, mas não explica”. Já pensou o alívio? Quem conseguir fazer isso não sabe o quanto vai se sentir melhor – ou menos mal, pelo menos. Por quê? Porque o outro vai ficar na dúvida: “Será que ela tem alguém e eu não percebi?”. Não é melhor do que chorar?

Mas tem o pior: é quando alguém deixa o outro para ficar só. Essa é a rejeição total e absoluta. Não se trata de ser substituído por uma talvez mais bonita, mais jovem ou mais sexy. Se alguém te abandona por nada, por ninguém, é o horror total.

Mas isso não costuma acontecer porque falta à maioria das pessoas lucidez; elas somente se dão conta de que o amor acabou quando acham que estão gostando de outro.

E aí começa tudo de novo.

ANEXO B
Crônicas de Lya Luft

ANEXO B1

Crônica "Machos e fêmeas" – Lya Luft (03/2005)

O mês dito "da mulher" está quase terminando. Trouxe e levará consigo a insistência nas velhas frases e chavões sobre a "liberdade" da mulher atual. Que é pseudoliberalidade, por ser antes responsabilidade e assombro diante de possibilidades apenas reconhecidas, alguma irritação ou divertimento com a vaga condescendência masculina... e tantas coisas mais.

Nas palestras, a incansável pergunta: "A senhora acha que os homens estão assustados com a nova mulher?". Muitas vezes, penso, devem se decepcionar com a resposta: "Os mais bobos estão assustados, os mais inteligentes estão interessados".

O conflito é existencial e atávico. Vem das cavernas, quando o macho precisava depositar sua semente no maior número possível de fêmeas jovens e saudáveis, e a fêmea devia tratar bem o seu grandalhão para que ele executasse a contento suas tarefas em favor da espécie. Além disso, a dama peluda precisava cuidar das crias na caverna... pela mesma razão.

Não creio que naqueles tempos meio toscos se pensasse a respeito de papéis e conflito de gêneros, nem que se cultivassem preconceitos, nem que houvesse todo um comércio de idéias voltado para uma política real ou farsista no interessantíssimo terreno do masculino/feminino, onde ninguém se entende, mas no qual para sempre se deseja e busca.

Talvez a questão básica seja nosso (das mulheres) medo de solidão, na ilusão de que, com amante, namorado, marido, teremos resolvido o drama ontológico: o que somos, quanto valem, o que significa esta vida?

Antes de sermos dois, temos de viver a solidão essencial do ser humano com o que ela tem de bom porque nos deixa mais lúcidos. Se conseguirmos viver razoavelmente como um só, livres de protetores ou apêndices, sem ressentimento nem rancor ou queixa, entendendo essa condição fundamental nossa, então poderemos nos abrir para o outro. Sendo dois, viveremos em dois, porém em muitas coisas como um só. Sem romper privacidade e mistério, sem esmagar ou acorrentar, sem cobrar ou esperar do outro a resolução de nossos problemas, numa vida dividida que pode ser muito mais rica, ainda que nos imponha tantas condições.

A solução do conflito entre homem e mulher não reside nas teorias nem nas disputas de poder, mas no afeto que implica respeito e ternura, que sobrepuja paradoxos e lança pontes entre contrários às vezes hostis. Mais do que deslumbramento, viagens, restaurantes caros, competência, o carro do ano, o marido poderoso ou a mulher de capa de revista, os filhos sem mácula e um cotidiano fácil, é o afeto que faz a vida valer a pena, isto é, nos faz sentir que estamos vivos.

Um de meus projetos de trabalho é um pequeno ensaio sobre esse conflito e essa condição. O título, ao menos provisório, é *Macho & Fêmea: Glória e Frustração*. O subtítulo, se houver, poderá ser uma brincadeira do tipo: "Se não combinamos, por que nos procuramos?". Resumindo, no ensaio afirmo que o bom Dia da Mulher será aquele que for igualmente o do homem: quando tivermos consciência de que estamos juntos no mesmo barco e de que cabe a todos nós superar velhos e tolos medos e preconceitos. Assim talvez sejamos mais cúmplices, parceiros, amantes e amigos.

Por enquanto, exceto em alguns casos, estamos no terreno da transição, no eterno processo de nos tornarmos mais humanos.

ANEXO B2**Crônica “Homem, mulher ou pessoa?” – Lya Luft (09/2006)**

Neste país desinformado, desiludido e desassistido, em que a política foi trocada por um escrachado jogo de interesses e vantagens, os temas mais pessoais poderiam parecer supérfluos: mas é bom ter algo produtivo a debater, objeto de observação ou entusiasmo. Sendo assim, temas como o aparentemente cansado "masculino/feminino" continuam produzindo entrevistas, livros, seminários. Quando desanimamos das questões públicas, as humanas continuam fascinantes, fundamentadas no imprevisível e no inatingível, por isso sem respostas definitivas.

Pesquisamos, discutimos e nos confundimos na questão dos gêneros. Queremos saber se além do biológico existe uma psique, até uma literatura feminina. (Faz parte do folclore a meu respeito dizer que escrevo para mulheres, ou pior: para "mulheres maduras". Quanta tolice.) Por outro lado, não vejo indagarem se existe uma literatura masculina, nem debatemos masculino/feminino nas artes plásticas, na engenharia, na medicina. Não se discute, que eu saiba, se arquitetas só podem desenhar casas ou interiores para mulheres. Mulher produz trabalhos mais amenos e doces, homem segue caminhos mais vigorosos e objetivos? Se ainda pensamos assim, está na hora de mudar, correndo, correndo. É como ser humano que devo questionar o que faço, o que pretendo, que significado posso dar à minha vida. As particularidades biopsíquicas de cada gênero são uma complementação, não a essência. Dessa perspectiva, o tema semelhanças e diferenças entre os gêneros pode ser abordado com mais equilíbrio, relativa lucidez e até algum bom humor.

Escrevi em *O Rio do Meio*, irmão mais velho de *Perdas & Ganhos*, que a solidão do homem tem a medida da solidão de sua mulher. Não se pode falar num sem pensar no outro. As mudanças não se efetuam sobre o gênero feminino da raça humana, mas – inevitavelmente – sobre os dois. Ocorrem em toda a sociedade, aliás, em que tudo é interdependente. Quanto às mulheres, tudo, menos ambicionar ser a mulher-maravilha: ela é inevitavelmente uma chata. Somos assolados pela propaganda dessa figura assustadora: um Monte Everest de perfeições, linda e competente, sensual e grande profissional, independente mas disponível, romântica mas vigilante, devotada, abnegada, vitimal... Não parece alguém que a gente possa amar, com quem se possa dar risada, jogar conversa fora, namorar, aconchegar-se, fazer descobertas desafiadoras ou sofrer perdas dolorosas, caminhar pela vida até, quem sabe, envelhecer – se esse ser perfeito envelhecesse, é claro. Depois de ter estudado a alma humana, com grande curiosidade em relação à feminina, Freud perguntou, já aos 80 anos: "Afim, o que quer uma mulher?". Não se desperdicem esforço e tempo com demasiadas teorias procurando a resposta, pois se existir ela mudará de pessoa para pessoa, de cultura para cultura, às vezes de ano para ano.

Homem ou mulher, homossexual ou heterossexual, latino, europeu ou oriental, todos temos algumas ansiedades básicas que nos tornam irmãos: desejo de segurança e de comida. Depois disso, como franjas, como complementos que mudam de cultura para cultura, vêm desejo de afeto e sentido, de ter alguma importância, para alguém ao menos. Desejo de imortalidade – mas esse é um luxo. Esses impulsos e desejos são diferentes em nuances e intensidade em homens e mulheres? Creio que sim. Observar tudo isso é fascinante. Porém, viver é mais importante do que compreender, a realidade é mais plena do que a teoria, que deve ser perseguida com inteligência, mas sem aflição e tumulto. A discussão homem/mulher é válida para que nem um nem outro se sinta objeto ou possuidor, melhor ou pior, mandante

ou servo. Nem haja desculpas para lamentação e vitimização – do tipo "ah, eu te dei a minha juventude, eu me sacrifiquei", da parte das mulheres; nem o velho "eu não te deixo faltar nada, ora bolas!", da parte dos homens –, mas a gente cresça em companheirismo, respeito e afeto.

Só nos pensando e avaliando primeiro como pessoas poderemos nos enxergar como homem ou como mulher. Sem ambicionar nada de fixo e indiscutível, somos um para o outro, e para nós mesmos, um desafio. Quando isso falta, quando ficamos atordoados ou apáticos em qualquer setor, do mais íntimo ao social, ao comunitário e ao político, passamos de guerreiros a vítimas ou manipulados, sem participar de nosso próprio destino.

Se no império do grande Partido do Interesse Próprio as coisas públicas andam repulsivas ou desanimadoras, no terreno existencial ainda se pode buscar e descobrir, sem sentir que zombam da nossa inteligência.

ANEXO C
Crônicas de Martha Medeiros

ANEXO C1

Crônica “Amor e sexo no novo século” – Martha Medeiros (12/2000)

Começa amanhã um novo ano e um novo século. Para 2001, não antevejo grandes transformações: serão doze meses onde ocorrerão desastres aéreos, festivais de cinema, técnicos de futebol perdendo o emprego, mais políticos sendo desmascarados, outros permanecendo intocáveis, surgirão algumas musas deslumbrantes e nevará em São Joaquim. Prever os próximos cem anos é que é desafiador.

Não posso imaginar até onde avançará a tecnologia e a ciência, mas arrisco uns palpites num setor primário: o dos relacionamentos. Aliás, não são palpites genuinamente meus. Na verdade, me descobri endossando o que li numa reportagem européia sobre o assunto.

Os peritos anunciam: no próximo século seremos mais liberais e divertidos. Estaremos menos inclinados a escolher um único parceiro para a vida inteira. A mulher se tornará mais aventureira. As pessoas resistirão menos aos involgares apetites que costumavam ser vistos como depravação e a estrutura familiar continuará se adaptando às necessidades emocionais de cada um, como já vem acontecendo.

Adeus à ortodoxia das relações. A desordem é transformadora é criativa. O modelo que está aí é muito romântico, mas já não se sustenta nas próprias pernas. Para 2000 e tantos, roga-se um estilo de vida mais experimental.

Todos concordam que a paixão é um sentimento que dura um tempo determinado, que ter filhos é uma necessidade mais pessoal do que uma necessidade do casal e que o sexo não é tão importante quanto o amor. A gente sabe que isso tudo é verdadeiro, mas são poucos aqueles que conseguem viver em sintonia com o que pensam. O novo século vai nos convidar a sair da mitificação do amor e encará-lo com mais naturalidade, para o bom humor de todos e felicidade geral da nação. A meta é desangustiar, verbo que merece ser inventado hoje, agora, antes da meia-noite.

Relações nascidas para serem curtas. Paixões sendo transformadas em amizades sexuais, parceria de vida. O sexo legitimado não como necessidade fisiológica, mas como um prazer consentido, um desejo realizado. Aceitação plena dos variados estilos de comportamento amoroso. Relações menos enquadradas, mais soltas e puras. E, principalmente, um novo conceito de paternidade, que não obrigue casais a permanecerem juntos apenas pelo laço com os filhos.

Nada disso é novidade, já está sendo vivenciado, mas por meia dúzia de pessoas desprendidas, que podem sustentar suas decisões, inclusive financeiramente. Como regra geral, ainda vale o unidos até que a morte os separe, a família como estrutura da relação e o sexo como coadjuvante do amor. Conseguiremos ser um dia totalmente liberais e divertidos?

Conseguindo, outras angústias serão geradas. Só não me pergunte quais serão. Já me darei por muito satisfeita se conseguir ser um dia 100% liberal e divertida: para vidente, o futuro é que dirá se levo jeito.

ANEXO C2

Crônica “Leasing de amor” – Martha Medeiros (09/2001)

O mundo acompanha os avanços da ciência e da tecnologia e eu me pergunto: só o casamento não evoluiu?

Sendo o matrimônio um sacramento, desconsidera-se qualquer ajuste, e assim continuamos a ver homens e mulheres presos, literalmente, num acordo que nem sempre corresponde às expectativas do casal. Existe o divórcio, que é usado por quem quer encerrar um contrato e iniciar outro, mas ele ainda carrega o estigma do fracasso. Divórcio é sinônimo de falência da relação, e como tal gera frustrações, pois ninguém casa pensando em se separar. Como leio muito sobre o assunto, me deparei outro dia com uma teoria que defende a idéia de a gente casar já conscientes do fim próximo. A idéia é riscar o “para sempre” do dicionário do amor.

No fundo, a gente sabe que o “pra sempre” fica longe demais da realidade, mas ainda nos apegamos a esta ilusão de infinitude. Somos românticos o suficiente para achar que um grande amor não se esgota, e cultivamos esta crença porque, do contrário, passaríamos por cínicos: te amo hoje, amanhã não sei.

Já se fala sobre “namoros em leasing”. Não se trata de contratos com prazo de validade estipulado no início da relação, mas de uma mudança de mentalidade pra valer, uma nova postura frente aos relacionamentos. Olhe à sua volta: você conhece ao menos uma pessoa que está sofrendo por amor, talvez seja até você próprio. A dor-de-cotovelo não mata mas é uma epidemia mundial. Tudo isso porque a gente entra nas relações com fé demais e neurônios de menos. A idéia é entrar na relação sabendo onde fica a porta de saída, porque é por lá que a gente vai passar em breve.

Eu não tenho dúvida de que este é um caminho sem volta. Os filhos se adaptarão naturalmente a essas novas estruturas familiares. Isso tudo já está sendo vivido, não está aí a revolução: a novidade é estabelecer isso como regra e não mais como exceção. É escrevermos novos contos de fada, com vários finais e vários recomeços. É aceitarmos dentro de nós que um casamento longa-metragem pode ser menos aborrecido se for transformado em dois ou três curtas.

Muitas perguntas ficam no ar. Se não estaremos perdendo o romantismo, se não estaremos sendo egoístas, se é possível evitar as dores da rejeição. Não tenho respostas. Só sei que há um número enorme de pessoas que se sentem traídas porque acreditaram numa idéia de amor que já não se sustenta. A Igreja nos prepara para o fim da vida terrestre, mas não nos prepara para o fim de um amor. Cabe a nós romper com o conceito de amor definitivo e abrir os braços para os amores provisórios.